

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**CURSO TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT)**

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

CAMBORIÚ/SC

05/2025

RUDINEI KOCK EXTERCKOTER

REITOR

LIANE VIZZOTTO

PRÓ-REITORA DE ENSINO

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS*

LUCIANE GRANDO DORNELES UNGERICHT

DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO *CAMPUS*

LETÍCIA LENZI

COORDENADORA DA EJA-EPT DO *CAMPUS*

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

CRISTALINA YOSHIE YOSHIMURA

DANIEL SHIKANAI KERR

DANIELE SOARES DE LIMA

DEBORA DE FATIMA EINHARDT JARA

FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES

FLÁVIA WALTER

LETÍCIA LENZI

LUCIANA COLUSSI

MARCUS VINÍCIUS MACHADO CARNEIRO

ROSANE PEDRON CARNEIRO

Sumário

1. Detalhamento do curso	5
1.1. Denominação do curso.....	5
1.2. Titulação do curso	5
1.3. Local de Funcionamento	5
1.4. Forma.....	5
1.5. Modalidade.....	5
1.6. Eixo tecnológico	5
1.7. Legislação	5
1.8. Quantidade de vagas	8
1.9. Regime letivo	8
1.10.Periodicidade de oferta.....	8
1.11.Turno de oferta.....	8
1.12. Carga horária total do curso	8
1.13. Carga horária formação geral.....	8
1.14. Carga horária formação profissional técnica	8
1.15. Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	8
1.16. Tempo de integralização do curso.....	8
3 anos mínimo e 6 anos máximo.	8
2. Contexto Educacional	8
2.1. Histórico da Instituição.....	8
2.2. Justificativa de oferta do curso	11
2.3. Princípios filosóficos e pedagógicos do curso.....	14
2.4. Objetivos do curso.....	15
2.5. Requisitos e formas de acesso.....	16
3. Políticas institucionais no âmbito do curso	16
3.1. Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação.....	16
3.2. Políticas de apoio ao estudante.....	17
3.2.1. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito ...	18
3.3. Políticas de acessibilidade e inclusão.....	19
4. Organização didático-pedagógica	22
4.1. Perfil do Egresso	22
4.2. Organização curricular.....	23

4.2.1. Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais.....	24
4.2.2. Curricularização da pesquisa, inovação e extensão	26
4.2.3. Prática Profissional	28
4.2.4. Trabalho de Conclusão de Curso	31
4.2.5. Estágio Curricular Supervisionado	31
4.2.6. Estágio profissional supervisionado não obrigatório	31
4.2.7. Processos de Aprendizagem	32
4.2.8. Mediação	35
4.2.9. Organização dos tempos e espaços	37
4.2.10 Integração dos componentes curriculares de Língua Estrangeira.....	37
4.2.11. Aproveitamento de estudos	38
4.3 Tempo Social	40
4.4 Matriz Curricular	45
4.5. Educação Física	47
4.6. Relação teoria e prática	47
4.7. Avaliação.....	48
4.7.1. Recuperação	52
4.7.2. Sistema de avaliação do curso	53
4.7.3. Aprovação	54
4.8. Ementário	54
4.9. Expedição de Diploma e Certificados	72
5. Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação	73
5.1. Corpo docente	73
5.2. Coordenação de curso	75
5.3. NDB.....	75
5.4. Colegiado	76
5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação	77
5.6. Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação.	79
6. Instalações físicas.....	79
6.1. Biblioteca.....	81
6.2. Áreas de Ensino e Laboratórios.....	82
6.3. Área de esporte e convivência.....	82
6.4. Área de atendimento ao estudante	83
7. Referências	83

1. Detalhamento do curso

1.1. Denominação do curso

Curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT).

1.2. Titulação do curso

Técnico em Cuidados de Idosos.

1.3. Local de Funcionamento

Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú.

1.4. Forma

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

1.5. Modalidade

EJA-EPT – Ensino Médio Presencial.

1.6. Eixo tecnológico

Ambiente e Saúde.

1.7. Legislação

- Lei nº 8.842/1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;
- Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação;
- Lei nº 10.098/2000. Trata das questões sobre acessibilidade;
- Lei nº 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;
- Lei nº 10.793/2003. Altera a redação do art. 26 § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- Lei nº 11.892/2008. Trata da criação dos Institutos Federais;
- Lei nº 11.788/2008. Trata sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e

integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;

- Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica;
- Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;
- Decreto nº 1.948/1996. Regulamenta a Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 5.840/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.800/2009. Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 1.948/1996, que regulamenta a Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB nº 4/2005. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB nº 1/2005 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;
- Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Resolução nº 44/2020. Dispõe sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Tecnológica EJA-EPT no Instituto Federal Catarinense - IFC;
- Resolução CNE/CP nº 1/2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Resolução nº 10/2021. CONSUPER. Define a Organização Didática dos Cursos do IFC.
- Resolução nº 3/2024. CONSUPER. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal Catarinense.

- Resolução nº 6/2024 - Dispõe sobre a reformulação da Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense.
- Resolução CNE/CEB nº3/2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CNE/CP nº 1/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CNE/CEB nº1/2021. Trata das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação de Jovens e Adultos à Distância e outras legislações relativas à modalidade;
- Portaria Interministerial MS/MPAS nº 5.153/1999. Institui o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos;
- Portaria SEAS/MPAS nº 73/2001. Dispõe normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil;
- Portaria MS nº 2.528/2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa;
- Portaria MS nº 3.189/2009. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS);
- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio. 4ª Edição, 2020;
- Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Formação Técnica Profissional de Ensino Médio - MEC/SETEC, 2007.

1.8. Quantidade de vagas

40 vagas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre.

1.9. Regime letivo

Semestral.

1.10. Periodicidade de oferta

Semestral.

1.11. Turno de oferta

Noturno.

1.12. Carga horária total do curso

2.400 horas.

1.13. Carga horária formação geral

1.350 horas.

1.14. Carga horária formação profissional técnica

1.050 horas.

1.15. Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Não ofertado.

1.16. Tempo de integralização do curso

3 anos mínimo e 6 anos máximo.

2. Contexto Educacional

2.1. Histórico da Instituição

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Presentes em todos os Estados da Federação, os Institutos Federais contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo

cursos de qualificação profissional, cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, cursos de educação de jovens e adultos, cursos superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente o IFC possui 15 (quinze) *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria, instalada na cidade de Blumenau.

O *Campus* Camboriú do IFC, conhecido ainda por muitos na região como Colégio Agrícola de Camboriú (CAC), em alusão à sua antiga designação, teve sua história iniciada em 08 de abril de 1953, data de sua fundação. Ao longo das décadas, o colégio cresceu e se desenvolveu tornando-se uma instituição educacional de destaque na região. Em 2009, adequando-se à Lei nº 11.892/2008, o CAC/UFSC transformou-se em Instituto Federal Catarinense - *Campus* Camboriú, e passou a responder às novas políticas de expansão da Rede Federal de ensino, oferecendo, prioritariamente, cursos técnicos de nível médio integrados, cursos de formação básica e profissional para jovens e adultos, cursos técnicos subsequentes, cursos de graduação, de licenciatura e de pós-graduação. Com a criação do IFC - *Campus* Camboriú foi possível aumentar não apenas a abrangência das atividades de ensino, mas também a inserção nas áreas de pesquisa e extensão, estendendo significativamente seus benefícios à comunidade.

Dentro deste cenário, situa-se a oferta dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade ofertada pelo *Campus* Camboriú desde 2007, com a implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Ao longo dos anos, os cursos do PROEJA ofertados pelo *campus*, a saber, Qualificação Profissional em Agroindústria, em Informática, em Hospitalidade e Lazer, em Agente de Observação de Segurança e Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, tiveram um forte impacto social no município de Camboriú e outros municípios da região por responder de forma efetiva à demanda por escolarização e profissionalização de sujeitos que tiveram negado seu direito de concluir a educação básica em tempo regular.

Com o intuito de fortalecer esta modalidade de ensino, em 2019, a Reitoria do IFC formou um grupo de trabalho para articular ações de fomento da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica, a EJA-EPT, em todos os *campi*

do IFC. Um dos importantes frutos do trabalho desse grupo foi a criação de uma Política de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Tecnológica no IFC, publicada na Resolução nº 44/2020 do CONSUPER. Neste documento foi instituído o Fórum da EJA-EPT do IFC, espaço permanente de diálogo sobre a expansão e consolidação da EJA-EPT na instituição, sendo um espaço de formação e elaboração de ações voltadas para este público.

Adequando-se àquela Resolução e à Nova Organização Didática do IFC, expressa na Resolução nº 010/2021, o IFC - *Campus Camboriú* deixou então de fazer referência institucional à sigla do Programa - PROEJA, reforçando o compromisso da oferta da EJA-EPT enquanto política da instituição, considerando que políticas, como ações permanentes, vão muito além do que propõe um Programa Educacional. Nesse sentido, já há previsão institucional das formas e possibilidades diferenciadas e abrangentes de oferta da EJA-EPT, podendo o curso ser proposto na sua totalidade pela instituição ou em parceria com as redes estadual ou municipal de ensino, seja mediante a articulação com um curso de qualificação profissional ou com um curso técnico.

Dentro deste panorama, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, projeto resultante do compromisso institucional em garantir o acesso à educação básica, e ao mesmo tempo, uma formação profissional técnica aos estudantes jovens e adultos trabalhadores. Este curso está adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Organização Didática (OD) e à Política de Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica do IFC.

Em relação à distribuição da carga horária do curso, este PPC está em consonância com o Decreto nº 5.840/2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, que prevê em seu Artigo 4º que “Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente: I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral e II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica. Além disso, o curso atende a Resolução CNE/CEB nº3 de Abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Nesta resolução, fica estabelecida a obrigatoriedade de um mínimo de 2.400 horas para os cursos de nível médio integrados à educação profissional e tecnológica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Em relação à carga horária

do curso técnico em cuidados de idosos, o curso atende a determinação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) para o curso Técnico em Cuidados de Idosos, o qual prevê uma carga horária mínima de 800 horas para as disciplinas do eixo técnico, e ainda que “a instituição, ofertante do curso, poderá desenvolver a carga horária em regime de alternância, com períodos de estudos na escola e outros períodos no campo/local de trabalho” (CNCT, 2020, p. 29).

2.2. Justificativa de oferta do curso

No Brasil, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) está historicamente inserida em um contexto de exclusão social e educacional. Não se consolidou como prática dominante a conclusão da educação básica antes do ingresso no mundo do trabalho. Pelo contrário, é recorrente o acesso precoce ao trabalho por parte de jovens, seguido da tentativa de conciliação ou até sobreposição entre estudo e trabalho. Essa realidade contribui para o afastamento de muitos sujeitos da escola, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados por motivos de classe, etnia, gênero, entre outros marcadores sociais. Assim, a EJA atende a um público que expressa as múltiplas ausências impostas por uma sociedade marcada por desigualdades profundas.

As atuais Diretrizes Operacionais Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de abril de 2025, reconhece que a EJA deve ser compreendida não apenas como um direito à escolarização, mas também como uma oportunidade de promoção de equidade e de reconhecimento das trajetórias de vida, de trabalho e de saberes dos sujeitos que dela fazem parte. A normativa ressalta que a EJA deve contemplar dimensões reparadoras, equalizadoras e emancipadoras, garantindo, ao longo da vida, o acesso ao conhecimento e à formação integral dos cidadãos.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio também orientam a articulação da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a integrar a elevação da escolaridade à qualificação profissional. Essa integração fortalece a formação de trabalhadores críticos, conscientes e preparados para o exercício da cidadania e para inserção no mundo do trabalho de forma digna e qualificada. Ademais, reafirma-se que, em todas as fases da vida, é possível aprender, se desenvolver e construir saberes que transcendem os espaços escolares formais e contribuem para a valorização do sujeito e de sua história.

A demanda da classe trabalhadora por acesso à escola é uma marca profunda na história de nosso país, e que, ainda hoje, se mantém reprimida, deixando grande parte da

população à margem do acesso à educação escolar. Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, 51,2% das pessoas de 25 anos ou mais de idade não tinham concluído o Ensino Médio, o que equivale a 69,5 milhões de pessoas. Dessas, 43,8 milhões não apresentaram nem mesmo o ensino fundamental completo (PNAD, 2019). Embora o acesso à educação básica tenha aumentado no Brasil, altos índices de evasão e atraso escolar permanecem, sobretudo no Ensino Médio. É o que também aponta o PNAD de 2019, indicando que 30,7% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estavam em atraso ou haviam evadido da escola. Estes dados alarmantes apontam a importância do fortalecimento da EJA nas esferas municipais, estaduais e federais de ensino como forma de restabelecer o direito à educação e à qualificação profissional desses sujeitos.

Nesse sentido, para enfrentar os problemas educacionais do país, o Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014-2024 estabelece 20 metas para a Educação, sendo as metas 9 e 10, destinadas à EJA. Para a finalidade deste documento, destacamos aqui a meta 10 que traça como objetivo ampliar as matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental (EF) e no Ensino Médio (EM) e, especialmente, na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação.

Considerando sua função social de promover educação inclusiva, equitativa e de qualidade, o Instituto Federal Catarinense (IFC) tem como compromisso institucional atender sujeitos que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade prevista pela legislação brasileira. Essa diretriz está alinhada à Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, que propõe a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional. No âmbito institucional, esse compromisso está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, que prevê a ampliação e o fortalecimento da modalidade EJA em todos os campi do IFC, com foco na articulação entre elevação da escolaridade e formação técnica.

Além disso, a oferta da EJA Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) no IFC está respaldada em normativas internas específicas, como a Resolução IFC nº 44/2020, que define as diretrizes para a EJA-EPT e reforça a missão institucional de garantir o direito à educação ao longo da vida, articulando formação escolar e qualificação profissional, com vistas à promoção da cidadania, do trabalho decente e da justiça social.

Em relação à oferta do curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado à EJA-EPT, constatou-se que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com aproximadamente 32 milhões de idosos (IBGE, 2022). Em 1980, o Brasil tinha 6,1% da população com 60 anos ou mais de idade. Já em 2022, esse grupo etário representou 15,8% da população total e um crescimento de 46,6% em relação ao Censo Demográfico de 2010, quando representava 10,8% da população (IBGE, 2022). Ainda segundo o IBGE, Camboriú possui pouco mais de 100.000 habitantes, sendo que em torno de 10% da população é idosa. A cidade vizinha, Balneário Camboriú, com cerca de 139.000 habitantes, tem uma população composta por aproximadamente 20% de idosos, superando a média nacional (IBGE, 2022).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, determina que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988). Ainda em 1988, foi criado o Comitê Nacional para a Promoção de Saúde dos Idosos junto ao Ministério da Saúde. Dentre as diretrizes adotadas por esse programa, foi proposto o atendimento dessa população por meio de equipes multidisciplinares. Em 1990, a Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8.080/90 assegurou a atenção integral e especial à saúde dos idosos, os quais devem também ter preferência de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 1994, a Lei Federal nº 8.842/94 estabeleceu a Política Nacional do Idoso, assegurando aos idosos com sessenta anos de idade ou mais os seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em 2004, passou a vigorar o Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741/03, destinado a regular os direitos fundamentais dos idosos, sem prejuízo da proteção integral e de todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental, bem como do seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social.

Diante do exposto, o IFC *Campus* Camboriú, com o objetivo de formar profissionais capacitados para o atendimento à população idosa de Camboriú e região, desenvolveu no ano de 2017, o curso de Qualificação Profissional em Cuidador de Idosos. Devido ao sucesso do curso e a demanda do mercado de trabalho por profissionais cada vez mais

qualificados, construiu-se a proposta de criação do Curso Técnico em Cuidados de Idosos. Unindo esta iniciativa à necessidade de expansão da EJA-EPT nos institutos federais, propõe-se a oferta do Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O curso prevê a conclusão da educação básica de nível médio e, ao mesmo tempo, uma formação técnica que favoreça a inserção dos sujeitos da EJA no mundo do trabalho, em uma área promissora devido ao crescente envelhecimento da população brasileira, especialmente da população de Camboriú e Balneário Camboriú.

2.3. Princípios filosóficos e pedagógicos do curso

As concepções pedagógicas e filosóficas que embasam os cursos que articulam a Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), estão dispostas na Resolução nº 44/2020 - CONSUPER que traz no Capítulo II, Artigo 2º, os seguintes princípios norteadores:

I. trabalho, como produção da condição humana, campo de aprendizagem e conhecimento;

II. articulação entre:

- diferentes sujeitos sociais e suas formas organizativas;
- teoria e prática;
- educação básica e profissional;
- fatos e seus contextos;
- trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
- elementos curriculares;
- ensino, extensão, pesquisa, inovação e gestão.

III. inclusão, como ação de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da singularidade dos sujeitos sociais e suas identidades coletivas;

IV. emancipação, como construção e exercício da autonomia, liberdade, criticidade e autoridade dos sujeitos sociais;

V. coletividade, como garantia da legitimidade dos processos decisórios de planejamento e gestão democráticos;

VI. dialogicidade, como prática comunicativa e reflexiva entre os sujeitos, suas histórias de vida, seus saberes e o conhecimento científico e tecnológico;

VII. direitos humanos, como reconhecimento da diferença e dignidade inerentes a todos os sujeitos sociais que precisam ter seus direitos respeitados, defendidos e promovidos.

2.4. Objetivos do curso

Objetivo Geral

Promover o exercício da cidadania e a humanização dos sujeitos jovens e adultos por meio da restauração do percurso formativo básico de nível médio, do acesso à cultura, à educação científica e tecnológica, e a uma formação técnica de excelência na área de Cuidados de Idosos.

Objetivos Específicos

- Desenvolver o pensamento reflexivo, a autonomia e a responsabilidade dos estudantes;
- Fortalecer a reflexão crítica em relação ao senso comum, a alfabetização científica e tecnológica para a formação de cidadãos críticos e contributivos para a sociedade;
- Valorizar o conhecimento prévio dos sujeitos, tornando possível o diálogo dos conhecimentos científicos com as suas realidades e experiências;
- Possibilitar o domínio dos conteúdos teóricos e práticos presentes nos componentes curriculares;
- Entender as relações próprias do mundo do trabalho, a problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade;
- Refletir sobre a condição da pessoa idosa na sociedade;
- Aprender e difundir as políticas públicas de atenção ao idoso;
- Conhecer as especificidades da saúde do idoso e os aspectos do processo de envelhecimento, as modificações corporais e os efeitos psíquicos do envelhecer;
- Aprender como melhorar as relações humanas entre cuidador/idoso/familiares/comunidade;
- Identificar os cuidados de higiene e orientações básicas para as atividades da vida diária da pessoa idosa;
- Conhecer procedimentos de primeiros socorros, locomoção e reabilitação da pessoa idosa;
- Esclarecer aspectos que envolvem práticas alimentares adequadas da população idosa;
- Abordar a dimensão ética do trabalho com o idoso;
- Desenvolver e entender a importância do autocuidado.

2.5. Requisitos e formas de acesso

O acesso aos cursos EJA-EPT é permitido a todo(a) candidato(a) que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha, no mínimo, 18 anos completos no ato da matrícula. O curso é destinado a estudantes jovens e adultos que não finalizaram o ensino médio e que almejam concluir esta etapa da educação básica integrada a um curso técnico. Caso o estudante, ao longo dos três anos de curso, venha obter o certificado de conclusão do ensino médio pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, e tenha interesse de concluir apenas o Ensino Técnico em Cuidados de Idosos no IFC, o aluno deverá entrar com uma solicitação junto à Coordenação de Curso, que encaminhará ao Colegiado, o qual deverá deliberar sobre o deferimento da solicitação. Em caso de deferimento, o estudante poderá cursar apenas as disciplinas do ensino técnico para obter a titulação, dentro do cronograma regular do curso.

O ingresso dos estudantes acontece por meio de edital específico publicado no *website* da instituição, semestralmente. O regime de matrícula é de fluxo contínuo durante todo o ano. Para os estudantes que tiverem suas matrículas efetivadas até o dia primeiro de abril do ano corrente, o ingresso será realizado no primeiro semestre letivo, caso ocorra após esta data, o ingresso do estudante ocorrerá no segundo semestre letivo do ano corrente. No segundo semestre, caso a matrícula aconteça até o dia primeiro de setembro, o ingresso será no segundo semestre letivo, caso ocorra após esta data, o ingresso ocorrerá no primeiro semestre letivo do ano subsequente. Em relação ao processo de seleção dos candidatos, este se dará por meio de sorteio quando constatada a existência de um número superior de inscritos em relação às vagas ofertadas.

3. Políticas institucionais no âmbito do curso

3.1. Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

As ações de ensino, extensão e pesquisa devem possibilitar, especialmente a segmentos e setores tradicionalmente excluídos, a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a valorização do conhecimento popular a fim de criar condições favoráveis à inserção e à permanência no trabalho, à geração de trabalho e renda, ao desenvolvimento humano, sustentável e ao exercício da cidadania. Além disso, devem possibilitar ao estudante da EJA-EPT recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções,

inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas para sua formação profissional-cidadã e para o bem da comunidade.

No curso de EJA integrado ao técnico em cuidados de idosos há o estímulo à pesquisa aplicada, voltada para a melhoria dos cuidados com idosos, com foco em aspectos como saúde, bem-estar, direitos e qualidade de vida, com incentivo à investigação das próprias experiências dos estudantes, respeitando seus contextos sociais e culturais. Busca-se a integração da pesquisa ao cotidiano escolar por meio de projetos integradores que articulam a teoria e prática, bem como das práticas profissionais presentes em diversas disciplinas do currículo.

Em relação à política de extensão, promovem-se ações voltadas à comunidade local, com atividades que envolvam os cuidados com idosos em diferentes contextos sociais, projetos interdisciplinares que promovam diálogo entre escola e sociedade, como oficinas, visitas técnicas e campanhas educativas, o fortalecimento de parcerias com instituições de saúde, asilos, centros de convivência e ONGs, ampliando as vivências práticas dos estudantes e a valorização do protagonismo dos estudantes da EJA como agentes sociais transformadores.

3.2. Políticas de apoio ao estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Seus objetivos são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação básica e superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil em relação à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico à estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Por meio do PNAES, o IFC instituiu o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), que tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, concedendo-lhes auxílios financeiros nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

O PAE destina-se a estudantes regularmente matriculados no IFC, prioritariamente provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em

escola particular com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC disponibiliza auxílio financeiro com destinação de bolsas, atendendo anualmente um grande número de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Para isso, há um edital específico, no qual são determinados os valores e número de bolsas.

3.2.1. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito

Nos cursos de EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú, o Coordenador do curso, Coordenador Adjunto, Mediador, membros do Colegiado do curso, do NDB, NUPE, NAPNE e SISAE, atuarão em conjunto periodicamente no desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento dos estudantes jovens e adultos, com o objetivo de elaborar estratégias para mitigar a evasão e garantir a permanência e o êxito dos estudantes. As ações desenvolvidas para essas finalidades são:

- **Programa de acolhimento:** planejar o acolhimento dos estudantes, de maneira a ambientá-los à instituição e, sobretudo, ao funcionamento do curso em que ingressam.
- **Atendimento aos estudantes:** garantir e fortalecer programas de atendimento ao estudante, inclusive Atendimento Educacional Especializado (AEE), e acesso à informação, às oportunidades e recursos que favoreçam seu desempenho acadêmico.
- **Assembleias estudantis:** promover uma Assembleia Estudantil por semestre, como forma de garantir um momento de escuta dos estudantes sobre dificuldades e necessidades presentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como avaliar a dinâmica das aulas, a convivência entre os sujeitos e o desempenho individual e coletivo dos estudantes.
- **Participação de Professor Mediador:** acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos pelo Professor Mediador, que deve identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes, ritmos de aprendizagem distintos, compartilhar experiências exitosas e contribuir, durante o planejamento coletivo, para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas.

- **Atualização do Registro Acadêmico:** manter contatos mensais com o setor do Registro Acadêmico para acompanhar e atualizar os registros em virtude dos pedidos de cancelamento de matrículas e seus motivos, pelos estudantes.
- **Revisão e planejamento curricular:** revisar os currículos e projetos de curso periodicamente, buscando a construção de currículos significativos e integrados que privilegiem o melhor aproveitamento do curso por parte do corpo discente.
- **Programa de recuperação paralela:** acompanhar o programa de recuperação paralela, cujo objetivo maior é garantir que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.
- **Compartilhamento de experiências entre os campi:** estimular o compartilhamento das informações entre os *campi*, tornando possível a troca de experiências, de dificuldades e de resultados obtidos.
- **Formação docente:** promover oportunidades de capacitação que contemplem aspectos pedagógicos capazes de impactar positivamente o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no que concerne à melhora na realidade de retenção, como a adoção de metodologias adequadas para a modalidade de ensino da EJA-EPT.
- **Valorização docente:** articular ações de identificação, sensibilização e promoção de condições específicas para docentes que atuam na EJA-EPT, como por exemplo a atribuição de carga horária adequada às especificidades da modalidade, atuação docente como mediador, promoção de monitorias específicas, espaço físico para atividades da EJA-EPT, dentre outras.
- **Relatório anual sobre evasão:** apresentar um relatório contendo um levantamento da taxa de evasão e seus principais fatores sociais, individuais e institucionais, a fim de mapear o perfil dos estudantes evadidos, as causas de evasão e retenção mais comuns dentro da realidade específica do curso da EJA-EPT.

3.3. Políticas de acessibilidade e inclusão

Para viabilizar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no *Campus Camboriú*, tem-se como referência as Leis nº 10.048/2000 e, nº 10.098/2000, ambas regulamentadas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabeleceu normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. As condições gerais da acessibilidade englobam a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, nos mobiliários e equipamentos urbanos, na construção e reforma de

edificações e nos meios de transporte e de comunicação e informação, assegurando condição de utilização, com segurança e autonomia (total ou assistida), ajudas técnicas e desenho universal.

Outra norteadora das mudanças foi a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, referente ao Plano Nacional de Educação, que estabelece objetivos e metas para a educação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e, entre outros, faz referência aos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades específicas, como também faz articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho. Atualmente, o Plano Nacional de Educação vigente (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), na Meta 4, indica a manutenção e ampliação de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), em seu Capítulo IV dedicado ao direito à educação, assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, com o intuito de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem às pessoas com deficiência, oferecendo serviços e recursos que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena. Afiança a igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas, na promoção do acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica às pessoas com deficiência.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, constantes na Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001, manifestam o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente condições para atender bem a diversidade dos/das acadêmicos/acadêmicas. Considera-se que tais diretrizes tenham significado um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco no que se refere à atenção à diversidade, na educação brasileira. Atualizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), asseguram-se o uso de métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender necessidades específicas de acadêmicos e acadêmicas da educação especial, dentre eles as pessoas com deficiência. Neste sentido, considera-se que todos tenham direito à educação, sem discriminação, tendo suas necessidades específicas atendidas de maneira adequada pelas instituições de ensino em todo o país.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) é bem clara ao garantir a todos o direito à

educação e o acesso (e permanência) à escola, fazendo com que toda instituição de ensino prime pelo princípio da inclusão. Pode-se afirmar que, mediante tais manifestações legais e o impacto destas na sociedade, iniciou-se um processo de conscientização de que não seria mais o/a acadêmico/acadêmica que deveria adaptar-se à instituição escolar, mas a instituição escolar que, consciente de sua função, deve garantir qualidade no acesso e permanência do estudante. O *Campus* Camboriú do IFC tem procurado atender de maneira efetiva às indicações da legislação brasileira nos projetos de construção, (edificação, mobiliário, comunicação, urbanística, etc.) buscando facilitar a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em se tratando de acessibilidade, o *Campus* Camboriú possui piso tátil para prover a locomoção de pessoas com deficiência visual e cegas, com independência, às dependências do *Campus*, assim como possui vagas de estacionamento para pessoas com deficiência física e/ou com dificuldade de locomoção. A instituição tem mobilizado seus setores no sentido de encontrar soluções e implementar projetos de caráter inclusivo. A Criação do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Resolução nº 083 CONSUPER/2014), por exemplo, já é uma realidade.

Visando garantir o pleno acesso e participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas, em articulação com as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência, o IFC-CAM oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE compõe a Política de Atendimento ao Estudante do IFC e se constitui pelo conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação de acadêmicos e acadêmicas. A seguir são citadas algumas ações, projetos e metas institucionais que possibilitam e possibilitarão o acesso e a permanência das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no IFC-CAM:

- I. Eliminação das barreiras físicas, através de controle dos projetos arquitetônicos (novas construções) e reforma/adaptação de construções já existentes;
- II. Quebra de barreiras atitudinais, através da participação da comunidade interna em cursos, seminários, palestras, projetos, etc. que tenham por objetivo fortalecer a inclusão social e escolar;
- III. Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial já existente, que realiza adaptação de atividades que atendam necessidades específicas desse alunado;
- IV. Implementação de política de acesso através de divulgação dos cursos em espaço

específicos de frequência de pessoas com deficiência, como associações e escolas da região;

V. Adaptação do Processo Seletivo aos candidatos com deficiência;

VI. Levantamento e acompanhamento periódico das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida através do NAPNE, inclusive no que se refere a possíveis sugestões de adaptações do currículo e avaliação;

VII. Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de tradução e interpretação em LIBRAS, regulamentado na Portaria nº 161/GDG/IFC-CAM/2015, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considerem o conteúdo semântico da escrita do surdo. Neste sentido, oferecer cursos, palestras e oficinas acerca da LIBRAS e aspectos da cultura Surda para a comunidade escolar;

VIII. Sinalização da instituição com a colocação de placas indicativas, inclusive com escrita em Braille, onde for possível;

IX. Revitalização dos espaços específicos de estacionamento para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pois a sinalização está precária.

X. Temos como meta, ao longo dos próximos anos, com os incentivos provenientes do Governo Federal para o estabelecimento efetivo das novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, buscar que o IFC-CAM se apresente como um referencial de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

4. Organização didático-pedagógica

4.1. Perfil do Egresso

O egresso do Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA do IFC - *Campus* Camboriú, possui qualificação profissional técnica integrada ao Ensino Médio, ou seja, formação geral, humanística e cultural integrada à formação científica, tecnológica e profissional. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso estará capacitado a entender as relações próprias do mundo do trabalho, a problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade. Ademais, os sujeitos formados na EJA-EPT entendem a importância de aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes, promovendo assim, o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza. Desta forma, o egresso será formado para, em sua vida pessoal e atuação profissional, agir com autonomia e responsabilidade, tomando decisões com base em princípios éticos e de

maneira solidária, inclusiva e sustentável.

No desempenho das habilidades profissionais relativas aos Cuidados com Idosos, destacam-se os conhecimentos multidisciplinares que prezam pelo cuidado de idosos independentes ou dependentes, acamados ou não, atendendo os aspectos físico, mental, cultural e social dos sujeitos. O egresso estará capacitado a acompanhar o idoso em atividades de rotina; auxiliar nos cuidados de higiene; estimular atividades ocupacionais e de lazer; zelar pela autonomia do idoso e melhoria da sua qualidade de vida; cuidar de idosos com ou sem limitações nas atividades da vida diária (AVD) e atividades instrumentais da vida diária (AIVD); identificar necessidades e expectativas do idoso; incentivar sua autonomia e independência; estimular sua capacidade funcional; promover o envelhecimento ativo bem-sucedido; atender às necessidades de higiene pessoal, do ambiente e preservação da saúde e da qualidade de vida do idoso; providenciar adequações ambientais que facilitem a mobilidade do idoso; desenvolver atividades físicas que considerem os limites da capacidade funcional do idoso; supervisionar e administrar medicação conforme prescrição médica; organizar cardápios de acordo com prescrição médica e de nutricionista; acompanhar e orientar idosos e familiares aos serviços previdenciários, de assistência social, de saúde e farmacêutica.

4.2. Organização curricular

De acordo com as diretrizes dos cursos de EJA-EPT do IFC, o currículo escolar é o processo constituído pelas experiências, atividades, objetivos, conteúdos, métodos, tempos, espaços, recursos e pela diversidade e singularidade dos sujeitos. O currículo do curso de EJA integrado ao curso Técnico em Cuidados de Idosos do IFC - *Campus Camboriú* está fundamentado:

- na omnilateralidade;
- na politecnia;
- no trabalho como princípio educativo;
- na pesquisa como princípio pedagógico;
- na integração entre as áreas do saber, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração;
- na integração curricular, baseada no diálogo permanente entre os conhecimentos da formação geral e profissional tendo o processo de trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos definidores dos conteúdos;

- na consecução dos princípios e finalidades da EJA-EPT definidos na resolução nº 44/2020 CONSUPER;
- no reconhecimento da experiência dos sujeitos na construção do conhecimento;
- na diversidade social, cultural e cognitiva dos jovens e adultos, do campo e da cidade;
- na investigação sistemática das questões locais, na qual os métodos e problematizações interajam com o processo ensino aprendizagem e com a comunidade;
- na construção de um perfil profissional que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho e sua transformação;
- na problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade, suas relações e contradições;
- na interdisciplinaridade como um princípio e um método de reconstrução da totalidade entre os sujeitos, os saberes e os distintos recortes da realidade;
- na representação pelos diferentes campos científicos, possibilitando assim a materialização do currículo integrado.

4.2.1. Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

A organização curricular do curso segue os objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica e da área da educação profissional, possibilitando aos estudantes uma leitura do mundo em todos os âmbitos e contextos. Ainda em acordo com as diretrizes da EJA-EPT do IFC, os seguintes temas serão abordados no curso:

- crítica histórico-social do trabalho;
- direitos do trabalho;
- legislação do trabalho;
- sentido das lutas históricas no trabalho;
- direitos humanos;
- conflitos sociais;
- movimentos sociais;
- diversidade cultural;
- sustentabilidade.

Estes temas serão abordados de forma transversal nos componentes curriculares

do curso e serão expressos nos planos de ensino e conteúdo programático das disciplinas. Desta forma, os conteúdos específicos de cada área do conhecimento deverão ser contextualizados pelos docentes e estudantes, garantindo historicidade crítica aos conteúdos, em diálogo com as contradições e impactos da forma social do trabalho e das transformações da sociedade contemporânea.

Para a superação da sobreposição e fragmentação do conhecimento de formação geral e profissional, o Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de EJA prevê a integração entre os conhecimentos propedêuticos e técnicos, proporcionado pelas seguintes ações integradoras:

- planejamento integrado entre as disciplinas para a formulação de propostas pedagógicas relativas à carga horária destinada ao Tempo Social;
- acompanhamento didático e pedagógico interdisciplinar pelos professores;
- aulas integradas entre os professores das disciplinas de cada semestre;
- desenvolvimento de atividades integradoras nas disciplinas de Projeto Integrador e Práticas Profissionais Orientadas - PPO;
- realização de eventos integradores previstos em calendário acadêmico institucional do curso;
- acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem pelo Professor Mediador.

A organização didática integrada prevê uma reunião de planejamento integrado em reuniões periódicas semanais para os docentes poderem planejar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas integradoras do Tempo Social. Os docentes que planejarem e executarem atividades integradoras para o Tempo Social de forma integrada poderão realizar aulas em conjunto. Essas aulas integradas deverão constar no Plano de Ensino e poderão contabilizar um total de até 15 horas da carga horária total das disciplinas. Para a materialização do currículo integrado, o curso EJA-EPT contempla:

- o trabalho coletivo;
- o aprofundamento e a relação entre temas e conteúdos da formação básica e técnica;
- a resolução de problemas científicos, do cotidiano e da sociedade;
- a pesquisa como princípio educativo.

O planejamento das atividades deve considerar o diagnóstico e as características dos sujeitos com a finalidade de atender aos diferentes níveis de conhecimento, os interesses e as múltiplas formas de aprendizagem dos estudantes jovens e adultos. As abordagens metodológicas do currículo integrado devem:

- priorizar conteúdos que dialoguem com a realidade e o contexto dos educandos;
- permitir a problematização, a divulgação, a ampliação e a implementação dos conhecimentos;
- prever exercícios periódicos de sistematização, análise, reflexão e avaliação;
- privilegiar o trabalho com conceitos, eixos e temas integradores.

4.2.2. Curricularização da pesquisa, inovação e extensão

O Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA-EPT deve promover o desenvolvimento de pesquisas escolares ao longo de todo o curso. Porém, a materialização da construção de um projeto de pesquisa e extensão ocorre, de forma objetiva, no componente curricular denominado “Projeto Integrador”, o qual acontece ao longo de todo o terceiro ano do curso e tem carga horária de 120 horas.

O objetivo desta disciplina é oportunizar ao aluno jovem e adulto a projeção e aplicação dos conhecimentos apreendidos nas disciplinas do Ensino Médio e da formação técnica, com fins a resolver problemas, anseios e/ou necessidades do cotidiano dos estudantes, promover projetos nas áreas em que os estudantes atuarão profissionalmente ou mesmo para buscar conhecer mais detalhadamente elementos da realidade natural e social.

O docente deste componente curricular contribuirá para facilitar o processo de construção dos projetos integradores, abordando os diferentes tipos de projetos de pesquisa e extensão, metodologias, redação de projetos, escrita de introdução, objetivos e desenvolvimento, criação de hipóteses, discussão e apresentação oral de resultados, levando em consideração as características e possibilidades dos alunos jovens e adultos.

Para contribuir com esse processo, após os alunos definirem seus temas de pesquisa, estes devem convidar um professor orientador para direcionar e acompanhar o desenvolvimento do projeto em relação à sua execução técnico-científica e específica a cada área do conhecimento. Caso os alunos não encontrem um professor disponível para a orientação, o professor do componente curricular poderá indicar um nome. O professor

responsável pelo Projeto Integrador deverá registrar os projetos de pesquisa em edital específico de 'Cadastramento de Orientação de Iniciação Científica e Tecnológica', junto à Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI) do *Campus* Camboriú do IFC. Os professores orientadores poderão computar 01 (uma) hora de trabalho semanal por projeto para esta finalidade. Ao final do ano, o professor responsável irá indicar os projetos que foram finalizados e os não desenvolvidos.

As orientações dos projetos serão realizadas de forma presencial ou de forma virtual, na ocasião das aulas do Projeto Integrador ou em outro momento, fora do horário regular de aula, dependendo das possibilidades e necessidades dos estudantes e de seus orientadores. A carga horária de 60 horas do Tempo Social do componente curricular do Projeto Integrador poderá ser realizada no semestre corrente da disciplina ou no semestre subsequente. Desta forma, o estudante pode realizar este componente curricular integralmente em um semestre, ou optar por realizar a carga horária do “Tempo Escola” em um semestre, e o “Tempo Social” no semestre seguinte. Caso o estudante não finalize integralmente a carga horária do componente curricular do Projeto Integrador em um ano letivo, o estudante deverá refazer a disciplina.

Ao orientador fica reservado o direito de desligar-se da orientação, nos casos em que os alunos não cumprirem as orientações estabelecidas. O desligamento da orientação deve ser formalizado ao professor da disciplina de Projeto Integrador, mediante justificativa por escrito. Nos casos em que o grupo de alunos considerar a orientação insatisfatória, poderão solicitar, por escrito e com as devidas fundamentações, a mediação do professor da disciplina.

Vale ressaltar que o resultado dos projetos integradores não será medido pelo desenvolvimento de uma pesquisa com rigor acadêmico, metodológico e estrutural, mas sim pela evolução do entendimento do aluno sobre o que é uma pesquisa acadêmica, possibilitando ao estudante jovem e adulto a inserção no universo da pesquisa e da investigação técnico-científica e profissional.

Já em relação aos projetos de extensão, o Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA do IFC – *Campus* Camboriú garante a seguinte oferta de atividades de extensão:

- Cursos de Extensão em Formação Continuada em Saúde e Bem-estar do Idoso;
- Evento denominado “Dia da Pessoa Idosa”, como atividade anual de interesse técnico, social, científico e cultural que favorece a participação da comunidade

externa e/ou interna, a ser realizada no espaço do *campus*, com desenvolvimento de oficinas e palestras referentes ao tema;

- Práticas extensionistas desenvolvidas ao longo da disciplina de Prática Profissional Orientada (PPO), com carga horária de Tempo Social de 210 horas, previstas na matriz curricular do curso.

As atividades de elaboração dos projetos de extensão e de eventos, durante a integração com as ementas dos componentes curriculares, proporcionam aos discentes uma visão sistêmica da aplicação comunitária do conhecimento existente e construído, considerando os aspectos técnicos, científicos, jurídicos e socioculturais dos temas abordados. Os documentos e os procedimentos de parcerias e convênios referidos ao projeto de extensão devem respeitar os trâmites divulgados pela Coordenação de Extensão, de Estágios e de Egressos do *campus*.

4.2.3. Prática Profissional

A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação no mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional. A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam. A prática profissional prevista no Curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado poderá ocorrer da seguinte forma:

I - Como parte dos componentes curriculares em aulas práticas, oficinas, simulações, visitas técnicas e observações;

II - Como atividades de pesquisa, extensão e inovação, nas diferentes disciplinas, especialmente nas disciplinas de Projeto Integrador e Práticas Profissionais Orientadas (PPO).

As práticas profissionais, como parte do componente curricular, são atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento. No curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA, essas práticas podem desenvolver-se como:

- **Aulas Práticas:** atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar, praticar e comprovar os conhecimentos.
- **Oficinas:** atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação, ou seja, é uma atividade com etapas de início, meio e fim. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos nos quais os discentes vivenciam na prática atividades relacionadas ao exercício da profissão; por meio de minicursos e/ou workshops onde os participantes desenvolvam atividades práticas, melhorando as habilidades e competências do profissional; através de dinâmicas orientadas pelos docentes e técnicos administrativos, quando for o caso.
- **Visitas Técnicas:** atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços *in loco*; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.
- **Simulações:** as simulações são atividades que permitem vivenciar situações e problemas reais da atividade profissional. As simulações permitem experiências educativas e proporcionam aos estudantes, oportunidades para repetição, reconhecimento de padrões, tomada de decisão, gerenciamento de crises, flexibilidade, uso do conhecimento factual, pensamento crítico, interação com a equipe, tempo resposta, habilidades de comunicação, planejamento, estratégia, decisões múltiplas e colaboração.

As atividades de prática profissional descritas acima podem acontecer em qualquer componente curricular do curso, porém a carga horária mínima de práticas profissionais está alocada nas disciplinas relativas ao eixo do ensino técnico em Cuidados de Idosos nas seguintes disciplinas: Introdução à Anatomia Humana, Prevenção de Acidentes Domésticos e Primeiros Socorros, Fisiologia do Envelhecimento, Semiologia Geriátrica/Higiene e Conforto, Atividades Recreativas e Educativas, Patologias Geriátricas, Prática Profissional Orientada (PPO), conforme mostra o Quadro 1 exposto a seguir:

Quadro 1 - Práticas Profissionais

Disciplinas	Carga horária total da disciplina	Carga horária de Prática Profissional da disciplina	Conteúdo
Introdução à Anatomia Humana	90h	30h	Sistema ósseo, articular, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, reprodutor masculino e feminino, nervoso central e periférico.
Prevenção de Acidentes Domésticos e Primeiros Socorros	45h	15h	Primeiros Socorros: abordagem da vítima idosa, trauma em idoso, manipulação e remoção de vítimas idosas, manejo de vias aéreas (desobstrução de vias aéreas), reanimação cardiopulmonar (desfibrilação semi automática), hemorragias e choque, trauma músculo esquelético e imobilização provisória, emergências clínicas, intoxicação exógena e biossegurança.
Fisiopatologia do Processo de Envelhecimento	90h	30h	Sistemas musculoesquelético, cardiovascular, endócrino, imunológico, respiratório, nervoso, digestório e urogenital. Apresentação dos órgãos humanos; relação dos órgãos e a doença (hipertensão arterial; doença arterial obstrutiva periférica; bronquite crônica e enfisema pulmonar); apresentação anatômica do esôfago, próstata, pele, pulmão, estômago, boca, colo de útero, mama, cólon e reto; medidas preventivas de úlceras por pressão.
Semiologia Geriátrica/Higiene e Conforto	45h	15h	Cuidados de higiene com a pessoa idosa; cuidados com a pele; higiene oral; prevenção de escaras (úlceras de pressão); medidas para prevenir feridas/escaras; mudança de decúbito; banho de aspersão e leito; eliminações; troca de fraldas; cuidados com os pés e unhas;

			cuidados na alimentação; cuidados na administração de medicamentos.
Atividades Recreativas e Educativas	45h	15h	Atividades recreativas e educativas.
Prática Profissional Orientada (PPO)	300h	300h	Práticas de acompanhamento da pessoa idosa com ou sem limitação, em atividades de rotina; nos cuidados de higiene; atividades ocupacionais e de lazer; práticas de atividades para o envelhecimento ativo e bem-sucedido; desenvolvimento de adequações ambientais que facilitem a mobilidade do idoso; práticas de supervisão de administração de medicação e nutrição conforme prescrição médica. Práticas extensionistas.
TOTAL	660h	405h	

4.2.4. Trabalho de Conclusão de Curso

Não há.

4.2.5. Estágio Curricular Supervisionado

Não há.

4.2.6. Estágio profissional supervisionado não obrigatório

O estágio profissional supervisionado não obrigatório é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumida como ato educativo no IFC. É realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Durante o estágio não obrigatório, o aluno terá a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso e aprimorar as experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações socioculturais, assim como poderá incorporar novos saberes, habilidades e competências, importantes na formação do futuro profissional. Caso o estudante decida realizar esta atividade, deverá ter, obrigatoriamente:

- **Orientador do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório:** um docente do IFC, da área a ser desenvolvida no estágio, deverá ficar responsável pelo

acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade.

- **Supervisor de campo:** um profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, observada a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A carga horária do estágio remunerado não obrigatório deverá estar de acordo com as normas da legislação vigente e os documentos e procedimentos referidos ao estágio deverão respeitar os trâmites divulgados pela Coordenação de Extensão, de Estágios e de Egressos do *campus*.

Ao final de suas atividades de estágio, o aluno deverá elaborar e entregar um relatório contendo as atividades desenvolvidas durante esse período, incluindo aspectos técnicos e relações interpessoais observadas e vivenciadas. Devido ao caráter dinâmico peculiar dessas atividades não obrigatórias, os prazos e normas referentes à sua realização, orientação, supervisão, bem como aos procedimentos que disciplinam a apresentação do Relatório, estarão estabelecidos nas regulamentações próprias vigentes. O estágio não obrigatório não contará no cômputo das horas destinadas à prática profissional.

4.2.7. Processos de Aprendizagem

A disciplina de Processos de Aprendizagem desenvolve hábitos e técnicas de estudos, de leitura, aborda conhecimentos sobre buscas e sistematizações bibliográficas, auxilia os estudantes na produção de trabalhos escolares, bem como intervêm em relação às principais dificuldades dos estudantes no que se refere às operações de pensamento sistematizadas por Anastasiou (2003): comparação, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, imaginação, obtenção e organização dos dados, levantamento de hipóteses, aplicação de fatos e princípios a novas situações,

decisão e planejamento de projetos e pesquisa. No Quadro 2, exposto a seguir, estão listadas as operações de pensamento relacionadas por Anastasiou (2003):

Quadro 2 – Operações de Pensamento

Operação de pensamento	Conceito/Relações
Comparação	Examinar dois ou mais objetos ou processos com intenção de identificar relações mútuas, pontos de acordo e desacordo. Supera a simples recordação, enquanto ação de maior envolvimento do aluno.
Resumo	Apresentar de forma condensada da substância do que foi apreciado. Pode ser combinado com a comparação.
Observação	Prestar atenção em algo, anotando cuidadosamente. Examinar minuciosamente, olhar com atenção, estudar. Sob a ideia de observar existe o procurar, identificar, notar e perceber. É uma forma de descobrir informação. Compartilhada, amplia o processo discriminativo. Exigem objetivos definidos, podendo ser anotadas, esquematizadas, resumidas e comparadas.
Classificação	Colocar em grupos, conforme princípios, dando ordem a existência. Exige análise e síntese, por conclusões próprias.
Interpretação	Processo de atribuir ou negar sentido à experiência, exigindo argumentação para defender o ponto proposto. Exige respeito aos dados e atribuição de importância, causalidade, validade e representatividade. Pode levar a uma descrição inicial para depois haver uma interpretação do significado percebido.
Crítica	Efetivar julgamento, análise e avaliação, realizando o exame crítico das qualidades, defeitos, limitações. Segue referência a um padrão ou critério.
Busca de Suposições	Supor é aceitar algo sem discussão, podendo ser verdadeiro ou falso. Temos que supor sem confirmação nos fatos. Após exame cuidadoso, pode-se verificar quais as suposições decisivas, o que exige discriminação.
Imaginação	Imaginar é ter alguma ideia sobre algo que não está presente, percebendo mentalmente o que não foi totalmente percebido. É uma forma de criatividade, liberta dos fatos e da realidade. Vai além da realidade, dos fatos e da experiência. Socializar o imaginado introduz flexibilidade às formas de pensamento.
Obtenção e organização dos dados	Obter e organizar dados são a base de um trabalho independente; exige objetivos claros, análise de pistas, plano de ação, definição de tarefas chaves, definição e seleção de respostas e de tratamento das mesmas, organização e apresentação do material coletado. Requer identificação, comparação, análise, síntese, resumo, observação,

	classificação, interpretação, crítica, suposições, imaginação, entre outros.
Levantamento de Hipóteses	Propor algo apresentado como possível solução para um problema. Forma de fazer algo, esforço para explicar como algo atua, sendo guia para tentar solução de um problema. Proposição provisória ou palpite com verificação intelectual e inicial da ideia. As hipóteses constituem interessante desafio ao pensar do aluno.
Aplicação de fatos e princípios a novas situações	Solucionar problemas e desafios, aplicando aprendizados anteriores, usando a capacidade de transferências, aplicações e generalizações ao problema novo.
Decisão	Agir a partir de valores aceitos e adotados na escolha, possibilitando a análise e consciência dos mesmos. A escolha é facilitada quando há comparação, observação, imaginação e ajuizamento, por exemplo.
Planejamento de projetos e pesquisas	Projetar é lançar ideias, intenções, utilizando-se de esquema preliminar, plano, grupo, definição de tarefas, etapas, divisão e integração de trabalho, questão ou problema, identificação das questões norteadoras, definição de abrangência, de fontes, definição de instrumentos de coleta dos dados, validação de dados e respostas, etapas e cronograma. Requer assim, identificação, comparação, resumo, observação, interpretação, busca de suposições, aplicação de princípios, decisão, imaginação e crítica.

Fonte: ANASTASIOU (2003, p. 55-82)

Para realização do componente curricular Processos de Aprendizagem, o professor responsável por essa disciplina deve privilegiar o trabalho com os temas transversais de aprendizagem, ou seja, assuntos que permeiam diferentes áreas do conhecimento e que contribuem para a formação integral dos estudantes, indo além do conteúdo tradicional de cada disciplina, como questões sociais, culturais, éticas e ambientais relevantes para a vida em sociedade, bem como temáticas sugeridas pelos próprios estudantes. A partir de alguns destes eixos de referência, o professor elencará subtemas para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo: modos de produção, regionalização, o homem como ser histórico e social, comunicação, língua e linguagem, gêneros discursivos e textuais, cidadania, arte, cultura, política, ciência e tecnologia, gênero e diversidade, globalização, sustentabilidade, entre outros temas fundamentais que insurgem na vida contemporânea. Ao tratar desses temas, o professor deve contribuir para fortalecer a reflexão crítica em relação ao senso comum, desenvolvendo a alfabetização científica e tecnológica para a formação de cidadãos críticos e contributivos para a sociedade.

Desta forma, a disciplina de Processos de Aprendizagem ganha centralidade no processo de integração do curso, promovendo a interligação entre os conhecimentos, seja

pela abordagem pedagógica marcada pela construção de elos e significados entre os alunos jovens e adultos, a escola, e a aprendizagem. Neste sentido, o professor assumirá uma abordagem de trabalho dialógica, valorizando os saberes prévios dos estudantes jovens e adultos, suas experiências de vida e suas aspirações com o retorno à escola.

4.2.8. Mediação

O curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA incorporou na sua metodologia de trabalho a figura do Professor Mediador, o qual tem como objetivos:

- Acompanhar, no mínimo, 4 (quatro) aulas semanais, nas diferentes disciplinas do curso;
- Mediar a relação entre alunos e aluno-professor-conhecimento, cabendo-lhe a intervenção quando necessária;
- Promover a integração, destacando pontos de aproximação e interligação entre as disciplinas;
- Identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes e turmas;
- Contribuir para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas;
- Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e discutir com os docentes, estratégias para superação de dificuldades;
- Conhecer a trajetória de vida e percurso educacional dos estudantes, socializando informações necessárias para que os professores possam adaptar suas estratégias de ensino aos sujeitos da EJA;
- Desenvolver estratégias para garantir a permanência e o êxito educacional dos estudantes.

O Professor Mediador é um profissional especializado em Educação de Jovens e Adultos, responsável por atuar em conjunto com os demais professores das disciplinas, com vistas à condução de um trabalho integrado. Concretamente, o Professor Mediador acompanha, no mínimo 4 (quatro) aulas por turma, podendo transitar por variadas disciplinas e turmas dentro desta carga horária. É importante destacar que o planejamento coletivo garantirá ao Professor Mediador condições para atuar em conjunto com os

professores das disciplinas, promovendo intervenções em sala de aula que destaquem os pontos de aproximação entre as disciplinas.

É necessário que o Professor Mediador tenha conhecimento sobre metodologias de aprendizagem, podendo assim identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes, ritmos de aprendizagem distintos, compartilhar experiências exitosas e contribuir, durante o planejamento coletivo, para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas.

Com um papel importante na integração pedagógica dos diferentes componentes curriculares, este professor deve mediar a relação professor-aluno-conhecimento, cabendo-lhe a intervenção quando necessária. Essa intervenção deve ser ora coletiva, ora individualizada, considerando as diferenças dos estudantes, disciplinas e docentes. Desta forma, os professores das diferentes áreas do conhecimento estarão articulados com este profissional mediador no dia-a-dia do espaço de sala de aula e laboratórios, garantindo os aprofundamentos necessários dos conteúdos estruturantes propostos por estes docentes.

Adicionalmente, o Professor Mediador, durante as aulas, faz uso de anotações sobre as produções dos/das estudantes, podendo desenvolver relatórios descritivos de desempenho individual, entre outros, para obter elementos que visem ao acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, discutindo-os com os docentes dos componentes curriculares e, caso necessário, em conjunto, proporem estratégias visando à superação de dificuldades encontradas. Assim, a presença do Professor Mediador permite o reconhecimento das trajetórias de vida (escolar/profissional) dos educandos, e socializa as informações com o grupo de professores que atuam na EJA-EPT, para que estes possam conhecer a trajetória de vida de cada jovem e cada adulto com o qual irá trabalhar, podendo melhor adaptar a proposta pedagógica à realidade dos estudantes. O trabalho do professor como mediador visa, além do desenvolvimento do vínculo de afetividade, facilitar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e as interligações entre os conteúdos.

Outrossim, é válido destacar que o Professor Mediador, pelo próprio tempo que passa com cada turma de mediação, acaba por constituir laços afetivos que impactam na constituição de vínculos entre o estudante e a instituição e que, por consequência, poderá minimizar a evasão. Sobre esta última questão, há que se considerar que os estudantes dos cursos EJA-EPT apresentam histórias de descontinuidades e insucessos dentro do sistema educacional e, desta forma, constituem um público sensível no que se refere à evasão escolar. Sendo assim, é fundamental que o Professor Mediador (e claro, todo o corpo docente) dedique-se a compreender os percursos educacionais vivenciados pelos estudantes antes do ingresso no curso EJA-EPT, e que tenha uma escuta apurada em

relação aos motivos que causaram interrupções precoces, para então, garantir que situações semelhantes não se repitam ou que sejam conduzidas diferenciadamente para o sucesso educacional de todos os estudantes. O Professor Mediador estará disponível aos estudantes em horários de atendimento e o terão como referência de suporte, ao lado dos coordenadores, para sanar eventuais dúvidas ou dificuldades que venham ter durante o curso.

A mediação pedagógica na EJA-EPT do *Campus Camboriú* contará com uma carga horária mínima de 90 (noventa) horas por turma, destinada ao planejamento, acompanhamento e desenvolvimento das atividades educativas junto aos estudantes. Essa carga horária poderá ser ampliada conforme as características de cada turma e as necessidades específicas dos educandos, assegurando uma atuação mediadora que favoreça o acompanhamento individualizado, a integração entre os componentes curriculares e a efetiva consolidação das aprendizagens, em consonância com os princípios da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

4.2.9. Organização dos tempos e espaços

O curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA é um curso presencial, com 40% de sua carga horária realizada na metodologia de Tempo Social. O curso é ofertado em regime semestral, com matrícula por disciplina, com duração de três anos, podendo ser integralizado em até seis anos. A carga horária do curso é de 1.350 horas de Ensino Médio e 1.050 horas relativas ao curso Técnico em Cuidados de Idosos, totalizando 2.400 horas. O curso acontece no período noturno das 19h às 22h35, nos espaços das salas de aula e laboratórios do IFC - *Campus Camboriú*.

4.2.10 Integração dos componentes curriculares de Língua Estrangeira

A oferta das disciplinas de Língua Estrangeira Inglês e Língua Estrangeira Espanhol poderá ser organizada por meio de um trabalho integrado entre os docentes responsáveis por esses componentes curriculares. Caso optem pela integração, os professores poderão desenvolver atividades conjuntas, compartilhando a carga horária das disciplinas, desde que respeitados os objetivos de aprendizagem de cada componente. O propósito é oportunizar ao estudante jovem e adulto o acesso ao conhecimento básico de duas línguas estrangeiras: o Inglês, como língua estrangeira obrigatória no ensino médio, conforme a Lei

nº 14.945/2024, que atualizou a LDB (Lei nº 9.394/1996); e o Espanhol, oferecido de forma adicional, conforme a proposta pedagógica do curso.

4.2.11. Aproveitamento de estudos

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de EJA-EPT, fará jus à obtenção da correspondente certificação, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

O curso Técnico em Cuidado de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA prevê o reconhecimento de conhecimentos e habilidades obtidas em processos formativos formais, não-formais e informais dos estudantes, o qual poderá ser realizado respeitando as seguintes condições:

I. Validação de componentes curriculares do Ensino Médio: mediante apresentação de documentação comprobatória para o Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) do IFC dentro do prazo estipulado em calendário acadêmico, da comprovação de aproveitamento na avaliação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA,

II. Aproveitamento de Estudos: os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento. O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino. Além disso, o aproveitamento de estudos deve originar-se de cursos legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento. O requerimento do interessado, com a solicitação do aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

- (i) Histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;
- (ii) Programa dos componentes curriculares, contendo ementário cursados com aprovação;
- (iii) Documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil. Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados, sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento. O pedido de aproveitamento de estudos é

encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso devem analisar se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrado no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados. Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada neste PPC, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos em calendário acadêmico.

III. Avaliação de Extraordinário Saber: a Avaliação do Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular, que permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso EJA-EPT. Constitui a Avaliação do Extraordinário Saber:

- (i) A utilização de experiências vivenciadas pelo estudante fora da instituição, anterior à matrícula ou no decorrer do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e,
- (ii) A demonstração, por parte do estudante com elevado desempenho intelectual e/ou com altas habilidades, de profundo conhecimento do componente curricular do curso em que está matriculado.

São requisitos e condições para a solicitação da Avaliação de Extraordinário Saber:

- (i) Requerer a Avaliação do Extraordinário Saber de componentes curriculares do curso no período letivo vigente, de acordo com o prazo expresso no calendário acadêmico.
- (ii) É vedada a solicitação da Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado, seja por frequência ou nota.
- (iii) A Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez.
- (iv) Não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos componentes curriculares de Projeto Integrador e Processos de Aprendizagem I e II.

Os procedimentos para obtenção do Reconhecimento de Extraordinário Saber são:

(i) Encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando junto ao RACI, de acordo com o calendário acadêmico, justificando que possui os conhecimentos necessários para a solicitação de Avaliação de Extraordinário Saber.

(ii) O RACI encaminhará o requerimento para análise da Coordenação de Curso que decidirá pelo deferimento ou indeferimento das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis.

(iii) Em caso de requerimento deferido, a Banca Examinadora será designada pelo Diretor Geral por meio de Portaria ou instância equivalente, por solicitação da Coordenação de Curso, e composta por 01 (um) membro da equipe pedagógica indicada pela DEPE e por 2 (dois) docentes de área correlata.

Cabe à Banca Examinadora:

(i) Estabelecer o programa da avaliação oral, prática ou escrita do desempenho, contendo conteúdos programáticos e referências bibliográficas básicas, devendo a avaliação ocorrer em até 30 (trinta) dias após o deferimento;

(ii) Definir as características e a duração das avaliações do estudante;

(iii) Definir critérios de avaliação oral, prática ou escrita do desempenho do estudante;

(iv) Elaborar e aplicar a avaliação oral, prática ou escrita e avaliar o desempenho do discente, atribuindo-lhe uma nota na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);

(v) Solicitar documentos comprobatórios de experiência prática, quando as atividades previstas na disciplina oferecerem riscos de segurança para o estudante e membros da banca;

(vi) Lavrar ata final do exame do desempenho extraordinário, onde constará a média aritmética das etapas avaliativas, nome do estudante e identificação do componente curricular, encaminhando-a juntamente com a avaliação corrigida, devidamente assinada por seus integrantes, à RACI, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o resultado. A banca examinadora comunicará à Coordenação de Curso o resultado da avaliação;

(vii) A banca examinadora, ao definir o programa e a abrangência da avaliação de desempenho a ser aplicada, tomará como referência o estabelecido nos programas dos componentes curriculares nos quais o discente busca dispensa;

(viii) Caso haja mais de uma solicitação para o mesmo componente curricular a avaliação deve ocorrer de forma conjunta;

(ix) Na Avaliação do Extraordinário Saber a nota mínima para aprovação é definida de acordo com o sistema de avaliação do curso.

4.3 Tempo Social

Ao contrário do ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende um público cuja rotina diária é bastante diversa. Trata-se de pessoas que, em sua maioria, já atuam no mercado de trabalho e precisam conciliar o emprego com afazeres domésticos, compromissos sociais e os estudos. Por não disporem de tempo exclusivo para se dedicarem à escola, é essencial que o programa educativo considere essas especificidades, propondo estratégias que respeitem a carga de atividades que essas pessoas já acumulam em seu cotidiano. Nesse contexto, a escola deve representar um espaço de crescimento e desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão, sem se sobrepor ou inviabilizar outras esferas da vida dos estudantes.

Muitos desses sujeitos almejam finalizar a educação básica ou obter formação técnica, mas frequentemente se deparam com a escassez de cursos compatíveis com suas realidades. Quando esses cursos existem, a dificuldade de adesão está muitas vezes ligada à desmotivação provocada pela sobrecarga de responsabilidades. Por isso, o curso aqui proposto apresenta-se como uma alternativa viável, na medida em que busca harmonizar os compromissos laborais e sociais com a trajetória escolar.

Compreende-se que a vivência familiar, social e profissional desses estudantes é fonte de aprendizado valioso, e, por isso, pode e deve ser aproveitada no processo pedagógico. Essa proposta propõe a aproximação entre a vivência cotidiana dos estudantes e o processo educacional, promovendo um diálogo entre a experiência de vida e o conhecimento escolar. A intenção é integrar os saberes já adquiridos ao longo da vida com os conteúdos escolares, mostrando a aplicabilidade do que se aprende na escola no dia a dia, nos relacionamentos e na prática profissional.

A proposta fundamenta-se em uma concepção de educação integral e participativa, que reconhece a contribuição da experiência vivida sem abrir mão da mediação dos profissionais da educação. Exemplos bem-sucedidos podem ser encontrados em iniciativas como o Curso PROEJA Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ofertado pelo IFSC - Campus Palhoça, o mesmo curso técnico ofertado pelo Campus Coxim do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, e o Curso PROEJA-CERTIFIC Técnico em Guia de Turismo, do Campus Florianópolis-Continente do IFSC. O primeiro curso desenvolveu instrumentos e diretrizes pedagógicas voltadas à integração do tempo social com o tempo escolar, enquanto o último destacou-se pela articulação efetiva entre escola e mundo do trabalho, promovendo flexibilidade curricular e valorização dos saberes do cotidiano.

Essa flexibilização curricular favorece não apenas a aprendizagem do trabalhador-estudante, mas também contribui para a redução da evasão escolar — um problema crônico no Brasil. A EJA, particularmente, precisa se moldar às diversas realidades de seus

alunos, criando condições que estimulem sua permanência e envolvimento com o processo de ensino-aprendizagem.

A proposta pedagógica que integra o tempo-escola e o tempo-social constitui, assim, uma estratégia relevante para assegurar a permanência e o êxito dos trabalhadores-estudantes, sem comprometer a qualidade do ensino. A metodologia prevê o reconhecimento das aprendizagens em dois momentos distintos:

Tempo-escola: compreende as aulas regulares realizadas no ambiente escolar, de segunda a quinta-feira;

Tempo-social: inclui atividades interdisciplinares desenvolvidas em contextos sociais e laborais, fora do ambiente escolar, em horários alternativos.

De acordo com o artigo 37 da Lei nº 9.394/1996 (com redação dada pela Lei nº 13.632/2018), a EJA deve atender aqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade apropriada, funcionando como instrumento de educação ao longo da vida. A legislação também determina que os sistemas de ensino ofereçam oportunidades educacionais adequadas, levando em conta os interesses, condições de vida e trabalho do alunado. O poder público, por sua vez, tem o dever de viabilizar o acesso e permanência do trabalhador na escola. A metodologia de tempo-social, aqui apresentada, está em sintonia com esses dispositivos legais.

Além disso, conforme as resoluções CNE/CEB nº 1/2021 e CNE/CEB nº 3/2025, é necessário adotar metodologias que se adaptem às especificidades dos estudantes da EJA. O tempo-social, tal como proposto, busca incorporar à formação os saberes acumulados pelos estudantes em suas vivências, promovendo uma articulação entre currículo escolar e cotidiano. Todas as unidades curriculares do projeto contemplam tanto o tempo-escola quanto o tempo-social. As aulas regulares ocorrem no campus Camboriú do IFC no período noturno, de segunda a quinta-feira, das 19h00 às 22h35, abrangendo diferentes áreas do conhecimento. Já as atividades do tempo-social são realizadas em horários flexíveis, entre segunda e sábado, em ambientes externos à escola.

As frequências e conteúdos desenvolvidos no tempo-escola são registrados no sistema acadêmico com base em hora-aula de 50 minutos. O mesmo procedimento é adotado para as atividades do tempo-social, sendo necessário o preenchimento de fichas específicas de acompanhamento. Essa metodologia parte do princípio de que o aprendizado também acontece fora da escola, nos diversos contextos da vida cotidiana, inclusive no trabalho, com ou sem vínculo formal de emprego.

Reconhecendo a relevância desses espaços formativos, a escola amplia seu alcance e fortalece sua função social. Os estudantes passam a compreender a escola como parte de sua vida, não como algo isolado dela. A proposta visa exatamente fortalecer essa relação entre escola e sociedade, valorizando suas interações e potencializando os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o curso tem por objetivo criar condições para a produção de conhecimento a partir do diálogo entre o contexto de vida do estudante e os conteúdos escolares. A proposta pedagógica parte dos saberes que os estudantes já carregam, integrando-os às unidades curriculares e às práticas educativas. O tempo-social se fundamenta nas experiências adquiridas na vida comunitária, familiar e profissional do aluno, com o propósito de articular esses saberes ao processo formativo escolar. As atividades do tempo-social estão organizadas em dois eixos principais:

- **Formação em contexto social:** ações que buscam estreitar os laços entre o contexto social e o escolar, abrangendo temas transversais, eventos culturais e atividades complementares.
- **Formação em contexto laboral:** iniciativas que integram a escola ao universo de trabalho do estudante, elaboradas coletivamente pelos docentes e desenvolvidas sob orientação dos professores.

Essas ações são registradas em diários de classe e em planos de ensino, sendo avaliadas com atribuição de nota e frequência. O planejamento coletivo entre os docentes é essencial para garantir a integração entre os conteúdos e possibilitar que diferentes disciplinas utilizem uma mesma atividade do tempo-social para fins avaliativos, otimizando o tempo do estudante. Cada grupo docente tem 3 horas semanais reservadas para o planejamento conjunto, momento importante para a troca de informações, monitoramento do desempenho dos alunos e tomada de decisões que promovam sua permanência e sucesso no curso. A carga horária dos docentes considera o tempo-escola e o tempo-social, além de incluir os percentuais definidos institucionalmente para preparação de aulas e acompanhamento estudantil.

As atividades do tempo-social são monitoradas por meio de fichas de acompanhamento, portfólios, diários de bordo, entre outras, nos quais os estudantes registram suas vivências, reflexões e aprendizagens. Esse processo busca consolidar uma proposta pedagógica inovadora, que articula escola e vida, ampliando o alcance da educação e contribuindo significativamente para o desenvolvimento humano, social e profissional dos sujeitos da EJA. Os instrumentos pedagógicos de aprendizagem, como

técnicas, recursos e avaliações que poderão ser utilizados para acompanhamento das atividades em tempo-social são:

Técnicas de Aprendizagem	Recursos de Aprendizagem	Instrumentos de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ● Ficha de atividades sociais discentes ● Ficha de acompanhamento de atividades ● Horas complementares ● Plano de estudo - trabalho ● Diário de campo ● Diário de bordo ● Roda de conversa ● Gincana ● Seminário ● Atividades coletivas ● Atividades orientadas ● Projeto de extensão ● Projeto de pesquisa ● Oficina ● Evento ● minicursos presenciais ou on-lines ● Estudo dirigido ● Pesquisa ● Palestra ● Estudo de caso ● Visita técnica ● Outros (especificar) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Inventário da atividade social ● Livro ● Material impresso (apostila, textos) ● Ficha avaliativa ● Internet ● TV ● Filme ● Documentário ● Material concreto específico ● Outros (especificar) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação integrada ● Registro de experiências ● Autoavaliação ● Prova oral ● Prova prática ● Relatório ● Produção de texto ● Lista de exercícios ● Atividade prática ● Projeto ● Portfólio ● Outros (especificar)

O IFC, embasado no princípio de que “a educação é um processo de vida”, propõe metodologias de ensino compatíveis com o cotidiano do aluno, possibilitando questionamentos das práticas realizadas, embasando-se no conteúdo teórico. Dessa forma, a compreensão de novas situações se torna possível, capacitando os estudantes a resolver novos problemas, tomar decisões, ter autonomia intelectual, comunicar ideias em um contexto de respeito às regras de convivência democrática, de inclusão, de diversidade cultural e de cuidado com o meio ambiente.

4.4 Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR									
TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – EJA									
Componentes Curriculares	Carga Horária/Período						Tempo Social	CH Total	Prática Profissional
	1º Sem	2º Sem	3º Sem	4º Sem	5º Sem	6º Sem			
Língua Portuguesa I	60h	30h	90h
Língua Portuguesa I	60h	30h	90h
Língua Estrangeira Inglês	30h	15h	45h
Língua Estrangeira Espanhol	30h	15h	45h
Artes	60h	30h	90h
História	60h	30h	90h
Geografia	60h	30h	90h
Filosofia	60h	30h	90h
Sociologia	60h	30h	90h
Física	60h	30h	90h
Química	60h	30h	90h
Biologia	60h	30h	90h
Matemática I	60h	30h	90h
Matemática II	60h	30h	90h
Processos de Aprendizagem	60h	30h	90h
Educação Física	60h	30h	90h

Total - Ensino Médio	180h	180h	180h	180h	120h	60h	450h	1.350h
Eixo Técnico	1º Sem	2º Sem	3º Sem	4º Sem	5º Sem	6º Sem	Tempo Social	CH Total	Prática Profissional
Introdução à Anatomia Humana	60h	30h	90h	30h
Direitos da Pessoa Idosa e do Cuidador	30h	15h	45h
Prevenção de Acidentes Domésticos e Primeiros Socorros	30h	15h	45h	15h
Nutrição do Idoso	30h	15h	45h
Atividades Recreativas e Educativas	30h	15h	45h	15h
Semiologia Geriátrica/Higiene e Conforto	30h	15h	45h	15h
Informática Aplicada	30h	15h	45h
Fisiopatologia do Processo de Envelhecimento	60h	30h	90h	30h
Relações Socioculturais do Envelhecimento	30h	15h	45h
Psicologia Aplicada ao Idoso e ao Cuidador	30h	15h	45h
Farmacologia e Fitoterapia	30h	15h	45h
Políticas Públicas e Saúde do Idoso e do Cuidador	30h	15h	45h
Projeto Integrador	60h	60h	120h

Práticas Profissionais Orientadas – PPO	90h	210h	300h	300h
Total – Eixo Técnico	60h	60h	60h	60h	120h	210h	480h	1050h	405h
TOTAL DO CURSO	240h	240h	240h	240h	240h	270h	930h	2.400h	405h

4.5. Educação Física

A educação física é um componente curricular obrigatório na Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora sua prática seja facultativa em alguns casos específicos, conforme a Lei nº 10.793/2003. Essa lei estabelece a obrigatoriedade da educação física na EJA, a qual deve atribuir frequência e nota, com a possibilidade de exceções de realização das práticas em situações particulares como:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969, que estabelece o tratamento excepcional alunos com problemas de saúde, permitindo-lhes exercer a aprendizagem mesmo quando impossibilitados de frequentar as aulas. Este decreto permite a compensação das ausências através de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, quando compatível com o estado de saúde do aluno. ; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

V – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

4.6. Relação teoria e prática

No contexto do Curso Técnico em Cuidados de Idosos Integrado à EJA, a articulação

entre teoria e prática é um princípio fundamental para a formação dos estudantes. Essa relação possibilita a construção de um aprendizado significativo, no qual os conhecimentos adquiridos em sala de aula são aplicados em situações reais, favorecendo o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação profissional na área da saúde e do cuidado. A formação técnica exige não apenas a assimilação de conceitos científicos e normas éticas, mas também a vivência prática que permita aos estudantes desenvolverem habilidades interpessoais, empatia e segurança no atendimento ao idoso. Assim, o curso se estrutura de forma a integrar os conteúdos teóricos com atividades práticas em todos os componentes curriculares por meio da integração das atividades do Tempo Escola e do Tempo Social.

4.7. Avaliação

Tradicionalmente a avaliação dentro das instituições educacionais é concebida como instrumento de classificação e regulação comportamental dos estudantes. Em direção oposta, o curso de EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú atribui à avaliação outra dimensão, focada na investigação, no diagnóstico do processo de aprendizagem, visando à identificação de intervenções necessárias para a melhoria desse processo, bem como do projeto pedagógico como um todo. Desta forma, o processo de avaliação da aprendizagem constitui uma série de decisões atreladas a um único objetivo: a promoção da aprendizagem dos estudantes. Ao percorrer este objetivo é fundamental que se compreenda que muitos destes alunos já passaram por processos de escolarização que os conduziram ao insucesso escolar, inculcando-lhes a ideia de incapacidade intelectual, de punição ou classificação desta incapacidade. Sendo assim, é preciso redobrar o comprometimento com que o processo de avaliação será delineado nos cursos EJA-EPT evitando que os estudantes sejam novamente expostos a práticas autoritárias e inadequadas.

Neste caminho, a adoção de objetivos e critérios de avaliação é fundamental. Os critérios são como as regras do jogo, determinam ações, delimitam fazeres, sinalizam os procedimentos para que os estudantes cheguem ao “final da partida” com sucesso. Enfim, conhecendo os objetivos de ensino e os critérios a partir dos quais serão avaliados, os alunos terão a possibilidade de fazer a relação acerca do que era pretendido, do que foi alcançado e do que precisa fazer para alcançar a aprendizagem esperada. Desta forma, no interior da abordagem curricular pretendida nos cursos EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú, fundamentam-se processos avaliativos adequados às especificidades da EJA e,

portanto, ao público para o qual se destina. Compreender os sujeitos da EJA implica pensar que muitos deles já passaram por processos de escolarização e foram vítimas do insucesso escolar por diversas razões, dentre estas, talvez a mais comum seja a relação punitiva que a escola estabelece com os mecanismos de avaliação largamente difundidos pelas estruturas educacionais vigentes.

Nesta perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos jovens e adultos, mas sim, propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar um currículo que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos. Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte as intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, bem como reorienta cotidianamente a prática pedagógica.

Pautando-se nesses princípios, a avaliação supera seu caráter arbitrário, quantitativo ou meramente descritivo para ocupar o espaço da reflexão e negociação. Assim como os alunos jovens e adultos que cotidianamente nos mostram que ensinam e aprendem e aprendem ensinando, a prática da avaliação processual não pode ser totalmente decidida *a priori*, ou seja, é no fazer diário e coletivo que se concretiza o processo de avaliação. Portanto, é fundamental que o planejamento docente se dê dialogicamente, buscando a integração e a dinamização da abordagem das diferentes áreas do conhecimento, a discussão sobre o andamento das aulas, do processo de aprendizagem, a inserção orgânica do curso na esfera institucional. Esta premissa constitui elemento fundamental para concretizar a concepção de avaliação aqui descrita, sendo que cabe à instituição viabilizar que todos professores do curso tenham a oportunidade de realizar o planejamento integrado das aulas em encontros com periodicidade conforme calendário a ser estabelecido no início do ano letivo.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente de acordo com os objetivos e critérios construídos nos Planos de Ensino de cada componente curricular, de forma coerente com este PPC e a Política da Educação de Jovens e Adultos do IFC, a qual estabelece que a avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

- **Diagnóstica:** caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

- **Processual:** reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;
- **Formativa:** assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;
- **Somativa:** expressa o resultado referente ao desempenho do estudante em cada semestre através de menções, relatórios ou notas.

O processo avaliativo deve possibilitar ao educando refletir sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento e aprendizagens. Os critérios e parâmetros para observar o processo de aprendizagem dos estudantes devem ser previstos no Plano de Ensino de cada componente curricular e será realizado de forma contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados. Os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares, quando prevista a integração, devem ser organizados de modo articulado e igualmente expressos nos Planos de Ensino.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem:

avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante; avaliação oral ou prático-oral; avaliação prática; trabalho individual ou em grupo; seminário, mostra, feira; estudo de caso; resenha e artigo; relatório de atividades; relatório de visita técnica; portfólio; webquest; dramatização, performance e outras formas de comunicação; projetos; debate, entre outros.

Para fins de registro do processo avaliativo no Diário de Classe, segue-se a normativa da Resolução nº 010/2021 que trata da Organização Didática do IFC, a qual traz em seu artigo Art. 206 que “O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal”. O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no seu Plano de Ensino.

Em cada etapa do ensino deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação. O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem a fim de que o estudante e o professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ainda que os aspectos qualitativos do processo de avaliação formativa prevaleçam sobre os aspectos quantitativos, conforme determina BRASIL (1996), a sistematização do registro da avaliação no curso de EJA-EPT do IFC se dará por meio de valores numéricos, sendo que a obtenção de média final 6,0 (seis) na disciplina, ao final do semestre letivo, é condição para a aprovação do estudante. A nota final semestral do estudante será a média de, no mínimo, 2 (duas) notas, cabendo ao professor a autonomia quanto aos pesos e valores atribuídos aos instrumentos de avaliação por ele adotados, desde que descritos no Plano de Ensino.

Os Planos de Ensino deverão ser elaborados e revisados pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares, em momentos de planejamento pedagógico. Após esse processo, os Planos deverão ser entregues à Coordenação de Curso antes do início de cada semestre letivo, conforme estabelecido no calendário institucional, para apreciação e validação pelo NDB. Ressalta-se que essa prática de construção coletiva visa garantir a coerência pedagógica do curso, a articulação entre os componentes curriculares e o alinhamento às diretrizes institucionais da formação.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. A certificação de conhecimentos e saberes

busca comprovar o domínio de conteúdo dos componentes curriculares que podem ter sido construídos ou não em processos formais de aprendizagem.

4.7.1. Recuperação

A recuperação de conteúdo e nota parte do princípio que a avaliação é um processo contínuo e cumulativo no qual devem prevalecer os aspectos qualitativos, reforçando a avaliação também como diagnóstica e processual, em que são produzidos dados que permitem a reflexão sobre a necessidade de novas intervenções e ações pedagógicas pelos docentes. É nesse sentido que se dá a obrigatoriedade de estudos de recuperação, uma vez que estes materializam no cotidiano escolar a visão da avaliação como um processo e não restrita a aplicação de instrumentos e notas.

A finalidade da recuperação é garantir intervenções pedagógicas ao longo do período letivo àqueles estudantes que, no seu percurso formativo, foram identificados por meio do processo de avaliação com objetivos de ensino e aprendizagem não atingidos, bem como àqueles que visam ao aperfeiçoamento da aprendizagem e não apenas ao alcance da média. Considera-se aqui, rendimento insuficiente, nota abaixo de seis (6,0), mensurada através de instrumentos avaliativos utilizados em cada componente curricular. É facultado aos estudantes que atingiram a média mínima a participação na recuperação.

A oferta da recuperação é obrigatória quando houver estudantes com rendimento insuficiente, e deverá ocorrer de forma paralela ao período letivo, extraclasse, ou em momentos específicos agendados entre docente e estudantes, sendo o tempo destinado a estes estudos não computado no mínimo de horas anuais determinadas em cada curso, por não se tratar de atividade obrigatória a todos os estudantes.

A recuperação se incorpora à avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo e de forma integrada, visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem, de acordo com as características e especificidades dos estudantes jovens e adultos. Desta forma, nos cursos EJA-EPT, não há exame final, considera-se que o processo de recuperação ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem. Assim, durante cada período avaliativo, deverá ser prevista recuperação que auxilie o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e a evasão.

No planejamento das atividades relacionadas à recuperação, devem ser propostas formas metodológicas alternativas que proporcionem abordagens diferenciadas daquelas

anteriormente desenvolvidas, visando novas oportunidades de aprendizagem aos estudantes. Quanto às formas e meios, os estudos de recuperação de conteúdo e nota devem ser oferecidos em horários compatíveis com as possibilidades de participação dos estudantes, podendo ser disponibilizados através de monitorias com acompanhamento do professor; atividades ou trabalhos extraclasse; grupos de estudos, dentre outras estratégias, observando sempre a obrigatoriedade da presença do professor na organização e na condução das atividades.

Cada docente deve prever, em seu Plano de Ensino, a recuperação, garantindo uma reavaliação ao longo de cada período avaliativo. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular, e devem ocorrer após os momentos e as atividades de retomada de conteúdos planejados para sanar eventuais dificuldades da aprendizagem. As atividades de recuperação serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição e, quando melhores, substituirão as notas anteriores.

4.7.2. Sistema de avaliação do curso

A avaliação geral do curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA segue a portaria normativa nº 1/2024 - CONSEPE/REIT, que dispõe sobre procedimentos e normas para avaliação interna dos cursos Técnicos de Nível Médio, EJA-EPT e de Graduação do IFC.

Já o acompanhamento do curso acontece por meio de reuniões pedagógicas periódicas que constituem instâncias colegiadas tendo dentre outras finalidades, a de analisar, discutir, orientar e deliberar acerca do processo ensino-aprendizagem. As reuniões pedagógicas serão constituídas pelo Coordenador do Curso, pelos docentes e representante do NUPE. A organização da reunião pedagógica é responsabilidade da Coordenação do Curso, devendo ter no mínimo três sessões para cada semestre. A organização da reunião pedagógica deverá garantir momentos de:

- Discussões para coleta de informações acerca das fragilidades, potencialidades e autoavaliação de todos os envolvidos no processo;
- Análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico realizado e proposta de intervenções;
- Operacionalização das ações definidas coletivamente.

As Assembleias de Acompanhamento do curso acontecem uma vez por semestre e tem por objetivo garantir um momento de escuta dos discentes em relação ao andamento do processo pedagógico, as dificuldades e possíveis melhorias para atender às necessidades dos estudantes jovens e adultos, considerações acerca da dinâmica das aulas, do entrosamento e convivência entre os sujeitos, desempenho individual e coletivo dos estudantes, e ainda sobre a estrutura e funcionamento institucional. As Assembleias serão constituídas pelos seguintes sujeitos: Coordenador do Curso, Coordenador Adjunto, representante do NUPE, Coordenador Geral de Ensino Técnico (CGET) ou Diretor de Desenvolvimento Educacional (DEPE), alunos e professores.

4.7.3. Aprovação

A aprovação do estudante no curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA ocorre após a integralização do curso, com a aprovação em todas as disciplinas e/ou por aproveitamento de estudos. O regime de oferta do curso é semestral com matrícula por disciplina, de forma que será considerado aprovado nos componentes curriculares o discente que satisfizer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

- frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) calculada com base na carga horária total da disciplina;
- aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

O curso tem duração de três anos e a sua integralização deverá ser realizada em até seis anos.

4.8. Ementário

4.8.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

PRIMEIRO SEMESTRE

Língua Portuguesa I	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Gêneros textuais como atividades sócio-discursivas. Variação Linguística. Preconceito Linguístico. Formação do leitor literário: a literatura como manifestação cultural da sociedade brasileira e arte da palavra. Habilidades de leitura: reconstrução do sentido, de inferenciação, de pressupostos, subentendidos e de intertextualidade. Noções de pontuação e seu efeito de sentido. Ortografia. Produção textual: noções básicas de escrita.</p>	
<p>Bibliografia básica: BAGNO, M. Preconceito Linguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa: Teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Matrix, 2020. TERRA, E. Linguagem, língua e fala. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (e-book)</p>	
<p>Bibliografia complementar: COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. São Paulo: Autêntica Editora, 2008. (e-book) FIORIN, J. L. Argumentação. São Paulo: Editora Contexto, 2015. (e-book) KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e Escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book) KÖCHE, V. S. Leitura e produção textual. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. (e-book) KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. (e-book) MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book) KO, R. M.; FREITAG, C. G. S. (orgs.) Mulheres, Linguagem e Poder: Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Editora Blucher, 2015. (e-book)</p>	

Filosofia	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Origem da Filosofia. Mito e Filosofia. Períodos da Filosofia. História do pensamento filosófico e da Ciência. Ética. Filosofia Política. Estado Moderno. Fundamentação e legitimidade do poder. A questão da democracia.</p>	
<p>Bibliografia básica: ARANHA, M. L. de A. MARTINS, M. H. P. M. Filosofando. São Paulo: Moderna, 1993. CHAUI, M. Iniciação à filosofia. São Paulo: Ática, 2010. COTRIM, G.; FERNANDES, M. Fundamentos de Filosofia. São Paulo. Saraiva, 2010.</p>	
<p>Bibliografia complementar: ARANHA, M L. de A.; MARTINS, M. H. P. Temas de filosofia. São Paulo: Moderna, 1992. 232 p. CHAUI, M. Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. REZENDE, Antonio (Org.). Curso de filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 311 p. JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de filosofia. 4ª ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 309p. MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgesntein. 12ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.</p>	

MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.

Biologia	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Noções de Ecologia. Ciclos biogeoquímicos. Origem e evolução da vida. Importância da biodiversidade e da conservação da natureza. Metabolismo energético da célula. Noções de citologia. Histologia humana. Órgãos e sistemas humanos. Noções de Genética e Biotecnologia.</p>	
<p>Bibliografia básica: LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Biologia: volume único. São Paulo: Saraiva, 2005. 608 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2014. 384 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 3. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.</p>	
<p>Bibliografia complementar: AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia dos organismos, volume 2: diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e animais. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 617 p. LAURENCE, J. Biologia ensino médio, volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005. 696 p. LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Biologia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2013. 696 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p. SILVA JÚNIOR, César da; SASSON, Sezar; CALDINI JÚNIOR, Nelson. Biologia, volume único 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 943 p.</p>	

Introdução à Anatomia Humana	Carga horária: 90h
<p>Ementa: Conceitos anatômicos fundamentais dos sistemas orgânicos: tegumentar, ósseo, articular, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, reprodutor masculino e feminino, nervoso central e periférico.</p>	
<p>Bibliografia básica: AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. 4ª edição, Guanabara Koogan, 2012. HALL, John. E. GUYTON & HALL. Tratado de Fisiologia Médica. 13ª edição, 2017. SOBOTTA, Johannes. Atlas de Anatomia Humana. 23ª edição, Guanabara Koogan, 2013.</p>	
<p>Bibliografia complementar: A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 1), Editora Guanabara Koogan; Edição: 6. 2009. A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 2), Editora Guanabara Koogan; Edição: 6. 2009. A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 3), Editora Guanabara Koogan; Edição: 2009. TORTORA, Jerry. Princípios de Anatomia Humana. Guanabara Koogan; 12ª edição, 2013. TAYLOR, Albert W.; JOHNSON, Michel J. Fisiologia do Exercício na Terceira Idade. Manole, 2014.</p>	

SEGUNDO SEMESTRE

Matemática I	Carga horária: 90 horas
Ementa: Razão e proporção. Porcentagem. Regra de Três Simples e composta. Estatística Básica. Juros simples. Juros Compostos.	
Bibliografia básica: DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010. PAIVA, M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3. SMOLE, K. C. S. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.	
Bibliografia complementar: BIANCHINI, E. Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. DANTE, L. R. Matemática: volume único. São Paulo: Ática, 2005. GIOVANNI JUNIOR, J. R. A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 4. 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9. IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e Realidade: Ensino Fundamental. São Paulo: Atual, 2009. Volumes 6, 7, 8 e 9. SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. Vol. 1, 2 e 3.	

Processos de Aprendizagem	Carga horária: 90 horas
Ementa: Construção de práticas de letramento: ler e escrever como prática social, interpretação de textos, gêneros textuais (escritos) como atividades sócio-discursivas. Fontes de pesquisa: internet, biblioteca, artigos científicos. Técnicas de estudo e elaboração de trabalhos escolares: comparação, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, imaginação, obtenção e organização de dados.	
Bibliografia básica: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 162 p. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321 p.	
Bibliografia complementar: ANASTASIOU, L. P. A.; CAMARGOS, L. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003. BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 112 p. DEAQUINO, C. T. E. Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. xv, 142 p. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola, 2010. 246 p. (Série Estratégias de ensino; 18).	

INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 3a ed. São Paulo: Scipione, 1992. 223 p.

MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Aprender com jogos e situações problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxiii, 155 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19a ed. São Paulo: Cortez, 1993. 252 p.

Educação Física	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Estudo da cultura corporal: jogos, atividades rítmicas, lutas, ginástica e esportes individuais e coletivos. Atividades recreativas. Jogos e brincadeiras. Exercício físico e Saúde. Ciência do treinamento. Princípios do condicionamento físico. Aptidão física. Relações entre corpo, movimento e linguagem. Orientações gerais para a prática do exercício e atividade física do idoso.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRUHNS, Heloisa Turini. O jogo nas diferentes perspectivas teóricas. CAMPOS, Luiz Antonio Silva. Voleibol “da” escola. Jundiaí: Fontoura, 2006.</p> <p>COUTINHO, Nilton Ferreira. Basquetebol na escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.</p> <p>DARIDO, Suraya Cristina; MOREIRA, Osmar de Sousa Junior. Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papyrus, 2007.</p> <p>FREIRE, João Batista. Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.</p> <p>KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. 4ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. p.160(Coleção Educação Física).</p> <p>NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.</p> <p>NANNI, Dionisia. Dança-Educação: Pré-escola à Universidade. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.</p> <p>ORSO, Darci. Brincando, brincando se aprende. Novo Hamburgo: Feevale, 1999.</p> <p>PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Educação Física – Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>VOSER, Rogério da Cunha; GIUSTI, João Gilberto. O Futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>WEINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo: Manole, 1991.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALMEIDA, Marcos Bezerra de. Basquetebol: 1000 exercícios. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.</p> <p>BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.</p> <p>FERREIRA, Solange L. Barbosa; Adriana G et al. Recreação. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2001.</p> <p>KUNZ, Elenor(Org.); PIRES, Giovani de Lorenzi; et al . Didática da Educação Física 2. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. (Coleção Educação Física).</p>	

KUNZ, Elenor(Org.); FALCÃO, José Luiz Cirqueira; et AL. Didática da Educação Física 1. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. (Coleção Educação Física).
 KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino e mudanças. 2ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. p.208 (Coleção Educação Física).
 PIRES, Giovani de Lorenzi. Educação Física e o discurso midiático: abordagem crítico emancipatória. UNIJUÍ, 2002. (Coleção Educação Física).

Direitos da Pessoa Idosa e do Cuidador	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Direitos humanos. Direito à vida, à liberdade, ao respeito e a dignidade; políticas públicas dos entes federados e direitos ligados à pessoa idosa; Política Nacional do Idoso (Lei nº. 8.842/1994); Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003). Consolidação dos atos normativos editados pelo Poder Executivo federal, que dispõem sobre a temática da pessoa idosa (Decreto 9.921/2019); Portaria MPAS nº 73, de 2001; Resolução ANVISA - RDC 283 de 26/09/2005; Direitos trabalhistas do cuidador de idoso; Responsabilidade civil e criminal dos cuidadores de idosos.</p>	
<p>Bibliografia básica: BRASIL. Lei n.8842/1994 – Política Nacional do Idoso. BRASIL. Lei n.10.741/2003 – Estatuto do Idoso. BRASIL. Decreto n.9.921/2019 - Consolidação dos atos normativos editados pelo Poder Executivo federal, que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BRASIL. Decreto n.5.296/2000 – Regulamenta as Leis nºs 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. BRASIL. Lei n.10.048/2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. BRASIL. Lei Complementar n.150/2015 - Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.280/1999 – Acompanhante Hospitalar ao Idoso. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.703/2002 – Programa de Assistência aos Portadores de Doença de Alzheimer.</p>	

Prevenção de Acidentes Domésticos e Primeiros Socorros	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Prevenção de Acidentes Domésticos: riscos de acidentes, comportamentos de riscos, formas de prevenção, design arquitetônico adaptado e layout de mobiliário. Primeiros Socorros: abordagem da vítima idosa, trauma em idoso, manipulação e remoção de vítimas idosas, manejo de vias aéreas (desobstrução de vias aéreas), reanimação cardiopulmonar (desfibrilação semiautomática), hemorragias e choque, trauma músculo esquelético e imobilização provisória, emergências clínicas, intoxicação exógena e biossegurança.</p>	
<p>Bibliografia básica: ALBINO, Rubia Maria. Urgências e emergências. Florianópolis: Papa-Livro, 2003.</p>	

HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.
 NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS: pré-hospital trauma life support. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INDÚSTRIA QUÍMICA. Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. São Paulo: ABIQUIM. 2006.
 BRODT, Mário. Infartei, e agora? Porto Alegre: AGE, 2007.
 SILVA, Edilene Rodrigues da; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. Educando e produzindo conhecimento em enfermagem. Natal: EDUFRN, 2008.
 THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. Estrutura e funções do corpo humano. São Paulo: Manole, 2002.
 WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. Atlas de anatomia humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972.

TERCEIRO SEMESTRE

História	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Conceito de História e de temporalidade. Fontes históricas em contextos socioculturais. A análise de fontes e sua historicidade. A construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo. A formação cultural e as relações entre as sociedades. A História do Brasil e do Mundo. A história diante dos movimentos revisionistas.</p>	
<p>Bibliografia básica: ARRUDA, J. J.; PILLETTI, N. Toda a História: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2002. AZEVEDO, G. C. História em Movimento. São Paulo: Ática, 2010. MOTA, M. B.; et al. História das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Saraiva, 1990.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BOMFIM, M. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Fundação D. R, 2014. 398 p. FONSECA, R. Agosto. Rio de Janeiro: Record, 1990. 349 p. MARTINS, C. Anita Garibaldi: a vida de uma heroína. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. 104 p. Publicações Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872>. SOUZA, M. de M. África e Brasil africano. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008. 175 p.</p>	

Artes	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: História da Arte (da pré-história à contemporaneidade). História da música. Antropologia da Arte. Filosofia e Sociologia da Arte. Arte e Ecologia. Patrimônio Cultural Material e Imaterial. A influência da Arte e da cultura indígena e africana na produção artística brasileira. Arte, tecnologias e mídias eletrônicas (Cinema; Fotografia; Rádio e</p>	

Televisão). Repertório e produção artística nas diferentes linguagens da Arte. Temas da Arte Contemporânea. Arte de protesto e política. Arte e micropolíticas.

Bibliografia básica:

ARGAN, G. C. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAUQUELIN, A. Arte Contemporânea: uma introdução. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005. 168p.

SCHAFER, M. O ouvido pensante. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011.

SEVERIANO, J. Uma história da música popular brasileira. Das origens à modernidade. 3ª ed. São Paulo: Ed 34, 2013.

Bibliografia complementar:

LOPES, N.; CAMPOS, C. L. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Balsa Planeta, 2008, 144p.

PAHLEN, K. História Universal da música. São Paulo: Melhoramentos, [s.d]. 376 p.

TIRAPELI, P. Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios: século 20 e 21. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 111 p.

TIRAPELI, P. Arte indígena do: do pré-colonial à contemporaneidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 59 p.

WISNIK, J. M. O som e o sentido. Uma outra história da música. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Química

Carga horária: 90 horas

Ementa: Conceito de química. Átomo. Ligações químicas. Funções inorgânicas. Soluções. Termodinâmica. Cinética química. Oxirredução e eletroquímica. Equilíbrio químico. Propriedades coligativas. Introdução a química orgânica. Funções orgânicas. Ciclos biogeoquímicos.

Bibliografia básica:

FONSECA, M. R. M. da. Química integral. Volume único. São Paulo: Ed. FTD, 1993.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Bibliografia complementar:

FELTRE, R. Química. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

FELTRE, R. Química. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

FELTRE, R. Química. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

UTIMURA, T. Y.; LINGUANOTO, M. Química Fundamental. Volume único. São Paulo: FTD, 1998.

SARDELLA, A. Química. Volume único. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

Fisiopatologia do Processo de Envelhecimento

Carga horária: 90h

Ementa: Mudanças fisiológicas do envelhecimento nos sistemas musculoesquelético, cardiovascular, endócrino, imunológico, respiratório, nervoso, digestório e urogenital. Hipertensão arterial; doença arterial obstrutiva periférica; bronquite crônica e enfisema pulmonar; câncer (esôfago, próstata, pele, pulmão, estômago, boca, colo de útero, mama, cólon e reto); labirintite; infecção urinária e respiratória; angina; infarto agudo do miocárdio; acidente vascular encefálico; dislipidemias; desnutrição; doenças da tireoide; diabetes melito; osteoporose; doenças da cavidade bucal; perda involuntária de urina; úlceras por pressão; demência; doença de Parkinson; Alzheimer; depressão e outras doenças psiquiátricas

Bibliografia básica:

AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. 4ª edição, Guanabara Koogan, 2012.
 HALL, John. E. GUYTON & HALL. Tratado de Fisiologia Médica. 13ª edição, 2017.
 SOBOTTA, Johannes. Atlas de Anatomia Humana. 23ª edição, Guanabara Koogan, 2013.
 BRODT, Mário. Infartei e agora? Porto Alegre: AGE, 2007.
 HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de Biossegurança. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia complementar:

A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 1), Editora Guanabara Koogan; Edição: 6. 2009.
 A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 2), Editora Guanabara Koogan; Edição: 6. 2009.
 A. I. KAPANDJI. Fisiologia articular (Volume 3), Editora Guanabara Koogan; Edição: 2009.
 TORTORA, Jerry. Princípios de Anatomia Humana. Guanabara Koogan; 12ª edição, 2013.
 TAYLOR, Albert W.; JOHNSON, Michel J. Fisiologia do Exercício na Terceira Idade. Manole, 2014.
 LUECKENOTTE, Annette Giesler. Avaliação em Gerontologia. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso, 2002. 385p. (Enfermagem prática). ISBN 8587148591.
 TERRA, Newton Luiz et al. Temas de geriatria e gerontologia preventivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

QUARTO SEMESTRE

Língua Portuguesa II	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Gêneros textuais como atividades sócio discursivas. Gêneros textuais da oralidade. Domínio das etapas de realização da escrita: planejamento, execução, revisão, reescrita e pontuação. Produção Textual. Coesão e coerência. Análise e uso da língua: regência e concordância. Compreensão da dinâmica dos movimentos literários. Relações entre o texto literário e o contexto social e político de sua produção. Representação étnico-racial de negros e indígenas na literatura brasileira</p>	
<p>Bibliografia básica: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994 FÁVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2009 SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa: Teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Matrix, 2020. RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p>	
<p>Bibliografia complementar: ARRAES, JARID. Heroínas negras brasileiras. Em 15 cordéis. São Paulo: Editora Seguinte, 2020.</p>	

CALLIGARIS, C.; HOMEM, M. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papirus 7 Mares, 2019. (e-book)

CUTI, L. S. Literatura Negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010. (e-book)

EVARISTO, C. Olhos d'água. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, c2009. 220 p. (broch.).

KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, c2006. 216 p. (broch.).

KOCH, I. G. V. A Coesão Textual. 22. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book)

KÖCHE, V. S. Leitura e produção textual. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. (e-book)

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. (e-book)

LOPES, N. Dicionário escolar afro-brasileiro. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. (e-book)

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MARCHIORO, M. Questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. (e-book)

SALVADOR, A. Como escrever para o ENEM: roteiro para uma redação nota. São Paulo: Editora Contexto, 2013. (e-book)

THIÉL, J. C. Pele silenciosa, pele sonora: A literatura indígena em destaque. São Paulo: Autêntica Editora, 2012. (e-book)

WACHOWICZ, T. C. Análise Linguística nos Gêneros Textuais. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012 (e-book)

Matemática II	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Equações do primeiro grau. Funções do primeiro grau. Equações do segundo grau. Funções do segundo grau. Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo, Teorema de Pitágoras. Geometria Plana. Cálculo de área. Geometria Espacial. Cálculo de volume. Medidas de Capacidade.</p>	
<p>Bibliografia básica: DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010. PAIVA, M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3. SMOLE, K. C. S. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BIANCHINI, E. Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. DANTE, L. R. Matemática: volume único. São Paulo: Ática, 2005. GIOVANNI JUNIOR, J. R. A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e Realidade: Ensino Fundamental. São Paulo: Atual, 2009. Vol. 6, 7, 8 e 9. SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. Vol. 1, 2, 3.</p>	

Geografia	Carga horária: 90 horas
Ementa: Espaço Geográfico. Estrutura Geológica e Relevo. Organização Territorial e População Brasileira. Organização do Espaço Geográfico Mundial.	
Bibliografia básica: MARTINI, A.; GAUDIO, R. S. D. Coleção áreas do conhecimento: Geografia, 1º, 2º e 3º ano: Ensino médio. 3ª ed. São Paulo: IBEP, 2013. MOREIRA, J. C.; SENE, E. de. Geografia: ensino médio. Volume único. São Paulo: Scipione, 2010. 560 p. SENE, E.; MOREIRA, J. C. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. 4ª ed. São Paulo, SP: Scipione, 2011. 688 p.	
Bibliografia complementar: CARRARO, F. Atividades com mapas. Ed. renovada e ampliada. São Paulo; Ed. FTD, 1996. 103p. CARLOS, A. F. A. A cidade. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 98 p. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352 p. DIEGUES JUNIOR, Manuel. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. PEREIRA, D. N. T.; SÁ, E. V. de. O espaço mundial desenvolvido. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 211 p. DIEGUES JUNIOR, M. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p. TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. M. de; TAIOLI, F. et al. (Org.). Decifrando a terra. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 557 p.	

Semiologia Geriátrica/Higiene e Conforto	Carga horária: 45h
Ementa: Cuidados gerais com a higiene da pessoa idosa; cuidados com a pele; higiene oral; medidas de conforto e prevenção de escaras (úlceras de pressão); cuidados e tratamentos de feridas/escaras; mudança de decúbito; banho de aspersão e leito; controle das eliminações; troca de fraldas; biossegurança; estimulação com vistas ao autocuidado; cuidados com os pés e unhas; estimulação ambiental; cuidados na alimentação; vacinação do idoso; cuidados na administração de medicamentos.	
Bibliografia básica: DE LIMA, Idelmina; MATÃO, Maria Eliane Liégio. Manual do Técnico de Enfermagem. Goiânia: AB Editora, 2010. HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de Biossegurança. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014. LUECKENOTTE, Annette Giesler. Avaliação em Gerontologia. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso, 2002. 385p. (Enfermagem prática). ISBN 8587148591.	
Bibliografia complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 19. Envelhecimento e saúde	

da pessoa idosa. Brasília, 2006.
 PARIZZI, Adelvino. Anatomia humana básica. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 246 p. ISBN 857515270X.
 TERRA, Newton Luiz et al. Capacitando o cuidador de idosos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
 TERRA, Newton Luiz et al. Temas de geriatria e gerontologia preventivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
 TERRA, Newton Luiz et al. Previna-se das doenças geriátricas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

Informática Aplicada	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Introdução à informática básica e ao uso de tecnologias digitais no contexto da atenção ao idoso. Utilização de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas e apresentações aplicadas ao registro e acompanhamento de cuidados. Navegação segura na internet e uso de ferramentas online para comunicação e atualização profissional. Aplicativos e dispositivos voltados à saúde, bem-estar e monitoramento de idosos. Ética e segurança da informação no manuseio de dados sensíveis. Estímulo ao letramento digital para a promoção da inclusão tecnológica dos profissionais e apoio ao envelhecimento ativo.</p>	
<p>Bibliografia básica: Norton, P. (2019). Introdução à Informática. São Paulo: Pearson. Silberschatz, A., Galvin, P. B., & Gagne, G. (2018). Fundamentos de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: LTC. Morimoto, C. (2016). Computador para Leigos. São Paulo: Alta Books.</p>	
<p>Bibliografia complementar: Laurindo, F. J. B., & Mesquita, M. A. (2017). Gestão da Tecnologia da Informação: Estratégia e Prática. São Paulo: Atlas. Morimoto, C. (2016). Segurança na Internet: Proteção, prevenção e recuperação de informações. São Paulo: Brasport. Nascimento, M. A., & Olivetti, D. (2017). Informática para Concursos e Cursos. São Paulo: Editora Saraiva. O'Brien, J. A., & Marakas, G. M. (2015). Introdução aos Sistemas de Informação. São Paulo: McGraw-Hill.</p>	

QUINTO SEMESTRE

Língua Estrangeira: Inglês	Carga horária: 45 horas
<p>Ementa: Inglês: Utilização da língua inglesa em situações reais de comunicação. Estudo de gêneros textuais orais e escritos. Vocabulário básico para a EJA. Estratégias de leitura. Estrutura da Língua Inglesa: tópicos gramaticais contextualizados. Espanhol: Características fonéticas da Língua Espanhola. A Língua como instrumento de comunicação. Aspectos culturais da Língua Espanhola. Estruturas gramaticais básicas da Língua.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p>	

<p>BRENNER, G. A. Inglês para leigos. 2a ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. 348 p. + CDROM.</p> <p>DIAS, R. High Up: ensino médio. São Paulo: Macmillan do Brasil, 2013. (Livro do PNLD distribuído para as escolas).</p> <p>MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo I. 1a ed. reform. e rev. São Paulo: Texto novo, 2004. 111 p.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>LIMA, D. de. Gramática de uso da língua inglesa: a gramática do inglês na ponta da língua. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo II. São Paulo: Centro Paula Souza: Texto novo, 2004. 134 p.</p> <p>PAIVA, V. L. M. de O. Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012. 183 p.</p>

Língua Estrangeira: Espanhol	Carga horária: 45 horas
<p>Ementa: Características fonéticas da Língua Espanhola. A Língua como instrumento de comunicação. Aspectos culturais da Língua Espanhola. Estruturas gramaticais básicas da Língua.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BLASCO, C. Fale tudo em Espanhol: um guia completo de conversação para você se comunicar no dia-a-dia, em viagens, reuniões de negócios, eventos sociais, entrevistas e muitas outras situações. São Paulo: Disal, 2008. 243 p.</p> <p>COIMBRA, Ludmila; CHAVES, Luiza Santana; BARCIA, Pedro Luis. Espanhol 1: ensino médio : língua estrangeira moderna. 2ª. ed. São Paulo: Edições SM, 2016. 176 p. (Cercanía joven). (Livro do PNLD distribuído para as escolas)</p> <p>LEITE, S. C.; BENEDETTI, I. C. (Coord.). Dicionário escolar WMF: espanhol/português, português/espanhol. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.</p>	
<p>Bibliografia complementar</p> <p>ALVES, A. M.; MELLO, A. Mucho éxito: Español: volume 1. São Paulo: Moderna, 2010. 188 p.</p> <p>BLASCO, C. Fale tudo em espanhol em viagens!: um guia completo para comunicação em viagens. Barueri: Disal, 2009. 175 p.</p> <p>BRUNO, F. C.; MENDOZA, M. A. Hacia el Español: curso de lengua y cultura hispánica. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 224 p.</p> <p>DICIONÁRIO escolar espanhol, espanhol-português, português-espanhol: mini. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 590 p.</p> <p>ERES FERNÁNDEZ, G. (Coord.). Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. 208p.</p> <p>FANJUL, A. Gramática de Español: Paso a Paso. São Paulo: Moderna, 2005. 272p.</p> <p>HERMOSO, A. G.; CUENOT, J.R.; ALFARO, M. S. Gramática de Español Lengua Extranjera. Espanha: Edelsa, 1997. 271 p.</p>	

Física	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Mecânica. Física Térmica. Ondulatória. Óptica. Eletromagnetismo.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p>	

GASPAR, A. Física: ensino médio: volume único. São Paulo: Ática, 2005. 552 p.
 GONÇALVES FILHO, A. Física para o ensino médio. São Paulo: Editora Globo, 2002. 480 p.
 MERINO, D. Física, segundo grau. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

Bibliografia complementar:

BRYSON, Bill. Breve história de quase tudo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. 541 p.
 Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 3: eletromagnetismo. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. 438 p.
 Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 2: física térmica, óptica. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2011. 366 p.
 Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 1: mecânica. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2012. 332p.
 LUZ, A. M. R. da; ALVARENGA, B. G. de. Física: volume único. São Paulo: Scipione, 2008. 616p.

Políticas Públicas e Saúde do Idoso e do Cuidador

Carga horária: 45h

Ementa: Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença no Contexto da Sociedade. Sistema Único de Saúde. Pacto pela saúde. Condicionantes e Determinantes do Processo Saúde e Doença. Programas de Promoção da Saúde. Políticas Públicas de Saúde e Educação. Política Nacional de Promoção de saúde; Saúde Mental. Lei orgânica de saúde (Lei 8.080). Lei 8.142; Política Nacional de Atenção à saúde da pessoa idosa.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Lei nº 8.080 de 10.09.1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços.
 BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Lei nº 8.142 de 28.12.1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.
 FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida. Saúde Pública: ensinando a cuidar em saúde pública. Caetano do Sul SP: Yendis, 2.ed, 2008.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, 2006.
 BRASIL. PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
 BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12. Brasília, 2010.
 SCLIAR, Moacyr. Saúde pública: histórias, políticas e revolta. São Paulo, SP: Scipione, 2002 142p.
 SCLIAR, Moacyr. Um olhar sobre a saúde pública. São Paulo: Scipione, 2003. 48 p.

Farmacologia e Fitoterapia

Carga horária: 45h

Ementa: Administração de medicamentos: conceito, fontes das drogas, drogas sintéticas, dosagem; Administração de medicamentos: cuidados gerais no preparo e administração;

Fitoterapia: conceito, histórico, importância, validação e controle de qualidade; Fitoterapia: clínica, farmacológica, terapêutica e toxicológica; Fitoterapia: Pesquisa e geração de fármacos de origem vegetal; Fitoterapia no atendimento primário à saúde e à melhoria da qualidade de vida; Fitoterápicos utilizados para o tratamento de doenças; Interdisciplinaridade com as terapias não convencionais e as medicinas alternativas; A Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos.

Bibliografia básica:

ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Cátia (Ed.). Cultivo: suplemento de plantas que curam. São Paulo: Três, 1983. 164 p.

RUDDER, E. A. Maury Chantal de; RUDDER, E. A. Maury Chantal de. Guia compacto das plantas medicinais. São Paulo: Ed. Rideel, 2002. 3v.

RUDDER, E. A. Maury Chantal de; RUDDER, E. A. Maury Chantal de. Guia das plantas medicinais. São Paulo: Ed. Rideel, 2002. 608p.

Bibliografia complementar:

BARROS, Lúcia Cristina de; JOU, Eel Jia. Medicina chinesa: acupuntura e fitoterapia. São Paulo: Caras, 2004. 47 p. (Coleção caras zen). ISBN 855211478 (broch.).

BRASIL. Decreto no 68.806, de 25 de junho de 1971. Institui a Central de Medicamentos (CEME). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 26 jun. 1971.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – AN- VISA. O papel da ANVISA na regulação de preços de medicamentos. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/mercado/regula/index.htm>. Acesso em: 16 ago. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, 1999. 40p.

LEMONS, Jureth Couto. Resgate cultural do cultivo e utilização de fitoterápicos pela população do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: Município de Uberlândia-MG. Uberlândia, MG: UFU, 2005. 24p.

Projeto Integrador	Carga horária: 120 horas
<p>Ementa: Elaboração de Projetos de Pesquisa, Extensão ou Execução (empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária, organização e intervenção comunitária). Apresentação oral dos projetos.</p>	
<p>Bibliografia básica: BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>	
<p>Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. CASTRO, Cláudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson, 2011. GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	

LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica - texto acadêmico - diário de pesquisa - metodologia. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2009.

POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir idéias. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEXTO SEMESTRE

Sociologia	Carga horária: 90 horas
<p>Ementa: Surgimento da Sociologia. Indivíduo e sociedade. Trabalho e Classes Sociais. Desigualdades sociais, raciais e de gênero. Cultura e Direitos humanos. Diversidade cultural brasileira: as culturas afro-brasileiras e indígenas. Estado, Política e Ideologia.</p>	
<p>Bibliografia básica: BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2010. LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BUCCI, Eugênio. A superindústria do imaginário: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. São Paulo: Autêntica Editora, 2021. (e-book). CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. (e-book). DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996. GIDDENS, A. Sociologia. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. São Paulo: Autêntica Editora, 2010. MUNANGA K.; GOMES, N. L. (orgs). O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 23a ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.</p>	

Nutrição do Idoso	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Definição de nutrição, alimentação, alimentos e nutrientes; Aspectos nutricionais no envelhecimento; Estudo de uma nutrição adequada para o idoso, visando prevenir patologias e a manutenção de uma saúde equilibrada; Doenças Crônicas não transmissíveis relacionadas à alimentação e distúrbios digestivos e alimentares mais comuns no idoso; diferentes tipos de dietas e cuidados com a refeição da pessoa idosa (qualidade nutricional e sanitária).</p>	
<p>Bibliografia básica:</p>	

BUSNELLO, Fernanda Michielin. Aspectos nutricionais no processo do envelhecimento. São Paulo: Atheneu, 2007.

GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas; doenças transmitidas por alimentos; treinamento de recursos humanos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Varela, 2003. 655p. ISBN 8585519576.

SOUZA, Beatriz B. Alves de et al. Nutrição & disfagia: guia para profissionais. Curitiba: Nutro Clínica, 2003. 60 p.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Maria Helena Barreto; KRITZ, Sonia (Editora). Nutrição e dietética. Rio de Janeiro: SENAC, 1998. 112 p. ISBN 8585746688. Classificação: 612.39 N976 (Camboriú) Ac.289345 Quantidade: 1

JAY, James M. Microbiologia de alimentos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711 p. ISBN 9788536305073.

ORNELLAS, Lieselotte Hoesch. A alimentação através dos tempos. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000. 306 p. (Nutrição). ISBN 8532801927.

SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 2. ed. atual. São Paulo: Varela, 1996. 385 p. ISBN 8585519118 (broch.).

SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da; MARTINEZ, Sílvia. Cardápio: guia prático para a elaboração. 2. ed. São Paulo, SP: ROCA, 2008. 279 p. ISBN 9788572417600.

Atividades Recreativas e Educativas	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Estudo do processo do envelhecimento humano nos aspectos físicos, biológicos e psicossociais, bem como elementos para a elaboração de programas de atividades recreativas e educativas para essa fase da vida. Recreação e lazer em diferentes ambientes e para populações diferenciadas.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>MARCELLINO, Nelson C. (Org.). Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida. Campinas: Papirus, 2015.</p> <p>PAPALÉO NETTO, M. Tratado de Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>SHEPHARD, R.J. Envelhecimento, exercício físico e saúde. São Paulo: Phorte; 2003.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>DALLA DÉA, V. H. S. et al. Envelhecimento: informações, programa de atividade física e pesquisas. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2016.</p> <p>FREITAS, E.V. et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.</p> <p>LORDA, C, SANCHEZ, C. Recreação na terceira idade. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.</p> <p>MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. Atividade física e o idoso: concepção gerontológica. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.</p> <p>SPIRDUSO, W. Dimensões físicas do Envelhecimento. 1. ed. Sao Paulo: Manole, 2005.</p>	

Relações Socioculturais do Envelhecimento	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Aspectos sociais da velhice; o idoso como ator social; Memória e Sociedade; Memória como função social.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p>	

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade – lembranças dos velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

DEBERT, Guita. G. A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo. Edusp; Fapesp, 2004.

RICHTER, Ivone Mendes. Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

Bibliografia complementar:

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEAUVOIR, S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

A Terceira Idade: A morte dos Sonhos ou o gerenciamento do tempo? [on-line]. São Paulo, v.13, n. 25, p. 37-52, ago. 2002. Disponível em:
https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8284_EDITORIAL

SCORTEGAGNA, P. A. & OLIVEIRA, R.C. Idoso: um novo ator social. IX ANPED SUL. 2012. Disponível em:
<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1886/73>

WHITAKER, D. C. A. Envelhecimento e poder. Campinas: Alínea, 2007.

Psicologia Aplicada ao Idoso e ao Cuidador	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Afetividade e relações sociais do idoso. A família do idoso. Transtornos mentais do idoso. Estresse no idoso. Processos de memória e raciocínio do idoso. Sexualidade na velhice. Características do paciente terminal. Morte e luto.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GAZZANIGA, M. HEATHERTON, T. Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento. Tradução de Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MONTIJO, K. M. S.; COURA, M. S. Psicologia aplicada ao cuidador e ao idoso. Editora Érica, São Paulo, 2014.</p> <p>NERI, A. L. (Org). Psicologia do envelhecimento. Campinas: Papirus, 1995.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>FALCÃO, D. V. da Silva. (Org). A família e o idoso: desafios da contemporaneidade. Campinas: Papirus, 2010.</p> <p>FRANCA, D. C. Cuidando do cuidador: atendimento psicológico no apoio ao doente de Alzheimer. In: Psicologia: ciência e profissão: Diálogos. Ano 01, n 1, Brasília, 2004.</p> <p>NERI, A. L. et al. (Org). Cuidador de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais. Campinas: Alínea, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, J. H. Psicologia do envelhecimento e do idoso. São Paulo: Livpsic Editora, 2010.</p> <p>PAPALIA, D.; FELDMAN, R. Desenvolvimento humano. McGraw Hill. 2013.</p>	

Prática Profissional Orientada (PPO)	Carga horária: 300h
<p>Ementa: Integração e articulação dos conteúdos curriculares cursados ao longo do primeiro e segundo ano do curso e aplicação dos conhecimentos. Práticas Extensionistas.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AYRES, J.R.C.M., O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde, Saúde e Sociedade. v.13, n.3, p.16-29, set-dez 2004.</p>	

BRASIL. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

CAMPOS G.W.S, DOMITTI A.C., Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev, 2007.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, R. et al., Atividade física e doença de Parkinson, Efdeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 101 - Octubre de 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundamentos Técnico-Científicos e Orientações Práticas para o Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento Parte 2: Desenvolvimento. Brasília, 2001.

BRASIL. Guia prático do cuidador. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 64 p.

PAES, Carlos E. N; GASPAR, Vera L. V. As injúrias não intencionais no ambiente domiciliar: a casa segura. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 81, n. 5, Nov. 2005. Aborda os acidentes domésticos com crianças e sua prevenção.

SZYMANSKI, H. R. G. Trabalhando com famílias. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência do Ministério da Ação Social. São Paulo, 1992.

4.8.2. Componentes Curriculares Optativos: não serão ofertados.

4.9. Expedição de Diploma e Certificados

Àquele que concluir com aprovação e obtiver frequência mínima de 75% em todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular deste curso terá direito a certificação com validade nacional que atesta a conclusão do Ensino Médio, bem como o título de Técnico em Cuidados de Idosos para fins de habilitação na respectiva área profissional. Os históricos escolares que acompanham os certificados devem explicitar os componentes curriculares cursados de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

5. Corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O telefone para contato dos docentes do curso e demais servidores técnico-administrativos do IFC – Campus Camboriú é o telefone institucional de número: **(47) 2104-0800**.

5.1. Corpo docente

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Lattes
<i>Docente da área da saúde</i>	xxxxxxxx	40h ou DE	<i>Graduação em Fisioterapia ou Enfermagem</i>	xxxxxxxx	xxxxxxxx
Ágata Regiane Quissini	2567107	DE	Mestrado em Educação pela UNIVILLE	agata.quissini@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7010480535904039
Aldalúcia Tereza da Rosa	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2327004378304034
Cristalina Yoshie Yoshimura	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica) pela USP	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5780605974510087
Daniel Shikanai Kerr	2289503	DE	Doutorado em Bioquímica pela USP	daniel.kerr@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4861431383393921

Daniele Soares De Lima	2183790	DE	Mestrado em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1601576028331940
Débora de Fátima Einhardt Jara	1646542	DE	Doutorado em Educação Ambiental pela FURG	debora.jara@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0228574516833925
Flávia Walter	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4638342464227230
Flávia de Souza Fernandes	2141010	DE	Doutorado em Ciências da Saúde pela UNISUL	flavia.fernandes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5361584734456553
Ivan Carlos Serpa	2143041	DE	Mestrado em História pela UFSC	ivan.serpa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9541691546705792
Letícia Lenzi	2103747	DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2138480467340950
Luciana Colussi	1347559	DE	Mestrado em Letras pela UFSM	luciana.colussi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7620251466447152
Luiz Alexandre Devegili	1272610	20h	Mestrado em Educação pela UFSC	luiz.devegili@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4851970424913702
Marcus Vinicius Machado Carneiro	1979915	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	marcus.carneiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1194108987903972
Maurício Gustavo Rodrigues	1858287	DE	Mestrado em Química Aplicada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO	mauricio.rodrigues@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7337427408075148
Rafael Bernardo Silveira	1071960	DE	Doutorado em Geografia pela UFSC	rafael.silveira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5323386686334190

Rosane Pedron Carneiro	1901273	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	rosane.carneiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9118258956742500
------------------------	---------	----	------------------------------------	----------------------------	---

5.2. Coordenação de curso

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Lattes
Letícia Lenzi	2103747	DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2138480467340950
Flávia de Souza Fernandes	2141010	DE	Doutorado em Ciências da Saúde pela UNISUL	flavia.fernandes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5361584734456553

5.3. NDB

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Aldalúcia Tereza da Rosa	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br
Cristalina Yoshie Yoshimura	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica) pela USP	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br
Daniele Soares De Lima	2183790	DE	Mestrado em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br

Débora de Fátima Einhardt Jara	1646542	DE	Doutorado em Educação Ambiental pela FURG	debora.jara@ifc.edu.br
Flávia Walter	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br
Flávia de Souza Fernandes	2141010	DE	Doutorado em Ciências da Saúde pela UNISUL	flavia.fernandes@ifc.edu.br
Letícia Lenzi	2103747	DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br
Luciana Colussi	1347559	DE	Mestrado em Letras pela UFSM	luciana.colussi@ifc.edu.br
Marcus Vinicius Machado Carneiro	1979915	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	marcus.carneiro@ifc.edu.br
Rosane Pedron Carneiro	1901273	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	rosane.carneiro@ifc.edu.br

5.4. Colegiado

Membro	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Ágata Regiane Quissini	Docente	2567107	DE	Mestrado em Educação pela UNIVILLE	agata.quissini@ifc.edu.br
Aldalúcia Tereza da Rosa	Docente	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br
Cristalina Yoshie Yoshimura	Docente	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica) pela USP	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br
Daniel Shikanai Kerr	Docente	2289503	DE	Doutorado em Bioquímica pela USP	daniel.kerr@ifc.edu.br

Daniele Soares De Lima	Docente	2183790	DE	Mestrado em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br
Flávia Walter	Docente	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br
Flávia de Souza Fernandes	Docente	2141010	DE	Doutorado em Ciências da Saúde pela UNISUL	flavia.fernandes@ifc.edu.br
Letícia Lenzi	Docente	2103747	DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br
Luciana Colussi	Docente	1347559	DE	Mestrado em Letras pela UFSM	luciana.colussi@ifc.edu.br
Marcus Vinicius Machado Carneiro	Docente	1979915	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	marcus.carneiro@ifc.edu.br
Rosane Pedron Carneiro	Docente	1901273	DE	Mestrado em Modelagem Matemática pela UNIJUI	rosane.carneiro@ifc.edu.br

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Servidor	Titulação	Cargo
Herlon Iran Rosa	Mestrado em Fungos, Algas e Plantas	Assistente de Aluno
Ilda Santos Cardoso Pereira	Graduação em História	Auxiliar de Biblioteca
Jorge Luis Araujo dos Santos	Especialização em Psicologia e Saúde Mental Coletiva	Psicólogo
Leonardo Caparroz Cangussu	Mestrado em Ecologia e Conservação	Técnico em Assuntos Educacionais
Márcia Rodecz	Mestrado em Educação	Pedagoga
Nelza de Moura	Especialização em Gestão Social	Assistente Social

Neusa Denise Marques	Mestrado em Educação	Pedagoga
Sandra Rosabel Pereira Macaneiro	Especialização em Enfermagem Obstétrica	Enfermeira
Simone Marques de Almeida	Especialização em Gestão Universitária	Técnica de Tecnologia da Informação
Terezinha Pezzini Soares	Mestrado em Letras	Secretária Executiva
Vânia Leonardelli Pereira	Especialização em Qualidade e Produtividade	Assistente em Administração

5.6. Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

A política de capacitação de servidores do IFC está detalhada nas normatizações a seguir:

- Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o IFC (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).
- Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).
- Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do IFC (IFC, 2013b).
- Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).
- Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).
- Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado/Doutorado) dos servidores do IFC (PROBIQ/IFC), bolsa de 500,00 (IFC, 2014d).
- Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).
- Resolução Ad referendium 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).
- Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política de Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do IFC - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).
- Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).
- Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).
- Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).

Os cursos de EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú possuem reuniões periódicas, convocadas pela Coordenação do Curso com o NDB, Colegiado ou conjunto de professores do curso, dependendo das demandas a serem discutidas e deliberadas. A gestão do curso é feita de forma democrática, com planejamento e participação ativa de todos os docentes do curso.

6. Instalações físicas

O *Campus* Camboriú está localizado na cidade de Camboriú, em terreno com dimensões listadas a seguir:

- Área total: 2.100.000 m² (cerca de 210 hectares)
- Área construída: 20.000 m²
- Área disponível para o desenvolvimento de projetos: 1.170.000 m²
- Área de preservação florestal e hídrica: 350.000 m²
- Área de jardins, urbanização e outros: 310.000 m²
- Área esportiva e centro esportivo: 30.000 m²
- Área destinada a outras finalidades: 80.000 m²

Em relação aos seus espaços, o *Campus* Camboriú conta com:

- **Bloco A:** Sala de Conselhos; Coordenações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Estágios, Coordenação de Registros Acadêmicos, Gabinete da Direção, Departamento de Administração e Planejamento, Refeitório, Salas de Professores.
- **Bloco B:** Laboratórios de Microbiologia, Análises Químicas, Química, Física e Gestão Ambiental, Laboratório de Entomologia. LabWeb, LabHardware, LabSoft1, LabSoft2, LabRedes, Salas de Professores.
- **Bloco C:** Cantina, Diretório Central de Estudantes, Laboratórios de Informática, Laboratório de Pesquisa Imobiliária e Laboratório Gráfico de Experimentação Imobiliária, Salas de professores.
- **Bloco D:** Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional - SISAE, Laboratórios de Hospedagem I e II, Sala de Artes, Laboratório de Pedagogia, Brinquedoteca, Laboratório de Suporte Básico de Vida e Laboratório Geral de Informática.
- **Bloco E:** Biblioteca, Auditório e Miniauditório.
- **Bloco F:** Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Laboratórios de Matemática e de Pedagogia, Salas de Aula e Salas de Professores.
- **Bloco G1:** Ambulatório.
- **Bloco G2:** Laboratório de solos, Laboratório de Nutrição Animal, Laboratório de Microbiologia e Fitopatologia.
- **Bloco G3:** Laboratórios de Informática, Laboratório de Defesa Civil, Laboratório de Segurança do Trabalho, Sala de Professores, Sala de Desenhos e Projetos, e PET.
- **Bloco H:** Departamento de Infraestrutura e Produção. Sala de Professores.

- **Bloco I:** Laboratório de Cuidados de Idosos. Sala de Professores.
- **Bloco J:** Coordenação de Cursos Superiores, Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional - SISAE, Salas de Aula.

Atualmente o *Campus* possui 25 salas de aulas, com capacidade para 40 educandos cada, equipadas com televisores de 42" (Bloco F), datas-shows fixos (Bloco J), cortinas, ares-condicionados e isolamento acústico. O Laboratório Geral de Informática atende a todos os cursos do *Campus*, mediante agendamento na Coordenação Geral de Ensino/CGET, conta com 20 computadores, um televisor de 42 polegadas, quadro, 2 ares-condicionados e cortinas.

No total o *Campus* possui 8 laboratórios de informática. O Auditório possui capacidade para 400 pessoas e dispõe de ares-condicionados, *datashow* e computador fixos, palco, bastidores, mesa para convidados, sistema de som, microfones, banheiros, cortinas, etc. Já o Miniauditório possui capacidade para 48 pessoas. A sala de reuniões denominada "Sala de Conselhos" possui capacidade de 90 lugares, com mesa para reuniões, data show fixo, televisor e ares-condicionados.

O *Campus* Camboriú conta ainda com outros locais, como: Ambulatório, Centro de Convivência do Estudante, Sala de Desenho Técnico, Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia e Refeitório. Para auxiliar nas atividades de ensino e apoio ao ensino, o *Campus* conta com os seguintes serviços: é ofertado 01 *notebook* ou *desktop* para cada professor; possibilidade de agendamento de lousas digitais, *datashows* e *notebooks* na Coordenação Geral de Ensino Técnico/CGET; *wireless* para a comunidade interna.

6.1. Biblioteca

A biblioteca do IFC - *Campus* Camboriú tem como missão "promover o acesso, recuperação e transferência de informações que respaldam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFC, contribuindo para a formação de profissionais cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada". Como suporte ao desenvolvimento de suas ações, a biblioteca ocupa uma área construída de 600 m² que abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 28.000 exemplares. Oferece áreas para estudo em grupo e individual; 6 computadores para pesquisa na internet e digitação de trabalhos; rede wireless para facilitar uso de

computadores pessoais; 01 (um) computador exclusivo para consulta ao acervo, renovação de títulos e reserva de exemplares; 01 (um) miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com computador, acesso à Internet, Datashow e tela especial de projeção interativa. O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema *Pergamum*. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos online, através do site: <http://biblioteca.ifc.edu.br/biblioteca-camboriu/>.

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre bibliotecas e o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) a fim de suprir as necessidades informacionais não acessíveis localmente. O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normalização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa.

A Biblioteca do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú dispõe de um acervo atualizado de livros, periódicos e outros materiais informacionais voltados à área do eixo técnico em Cuidados de Idosos, oferecendo suporte pedagógico e científico ao curso. Esse acervo foi organizado de forma a atender às necessidades formativas dos estudantes, disponibilizando referências teóricas e práticas que contribuem para o aprofundamento dos conhecimentos, a realização de pesquisas e o desenvolvimento das atividades acadêmicas vinculadas à formação profissional na área.

6.2. Áreas de Ensino e Laboratórios

O curso Técnico em Cuidados de Idosos integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA contará com espaços destinados ao curso, são eles:

- Salas de aula nos blocos F ou J;
- Laboratório de Informática;
- Laboratórios de Biologia, Física e Química;
- Laboratório de Cuidados de Idosos;
- Laboratório de Suporte Básico de Vida.

6.3. Área de esporte e convivência

O *Campus* Camboriú conta com área esportiva de 30.000 m² composto por:

- um campo de futebol *society*;
- um campo de futebol oficial;
- uma pista de atletismo;
- um ginásio poliesportivo com duas quadras multiuso, vestiários masculino e feminino, uma sala de professores, seis salas de materiais armazenando equipamentos de ginástica, do atletismo, das modalidades esportivas, jogos educativos-pedagógicos, entre outros.
- duas quadras de vôlei de praia (em areia);
- uma quadra poliesportiva coberta.

Existem diversos estacionamentos distribuídos pelo *campus*, 3 (três) bicicletários, áreas verdes arborizadas e áreas para lanche e convivência dos estudantes com mesas e cadeiras.

6.4. Área de atendimento ao estudante

Os estudantes são atendidos pela Coordenação do Curso e pelos docentes em suas salas, em horário disponível para atendimento. Além disso, os discentes também são atendidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e Cadastro Institucional (CRACI), pela Coordenação Geral de Ensino Técnico (CGET), pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e pelo Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE), o qual ainda conta com Atendimento de Assistência Social, Psicologia e Orientação Educacional, bem como Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e enfermaria.

7. Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2004.

ANASTASIOU, Léa das Graças C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças C. e ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade. Joinville, SC: Editora Univille, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 4º

Edição. Brasília: 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004a.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.296. 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004b.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.098. 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000b.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.645. 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008a.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.788. 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008b.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.892. 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008c.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.947. 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 8.842/94. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 10.741/03. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 1/2004. 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004c.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, MEC, 2021a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 1/2021. Trata das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação de Jovens e Adultos à Distância e outras legislações relativas à modalidade. Brasília: MEC, 2021b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília: MEC, 2004d.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 40/2004. 8 de dezembro de 2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília: MEC, 2004e.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010. 07 de abril de 2010. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 09 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2000. 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida

por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 2/2005. 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2005a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2005. 27 de outubro de 2005. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília: MEC, 2005b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2010. 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010c.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2012. 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6/2012. 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012c.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2018. 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 053/2010/CONSUPER. 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - (PPCP) e do PROEJA-FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - PPCP-FIC, do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2010.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 084/2014/CONSUPER. 30 de outubro de 2014. Resolve aprovar a Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2014a.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 28.08.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas

do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF, 2014c.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base Proeja: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Guia Pronatec de Cursos FIC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 4ª Edição, Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192>, acesso em 15 de outubro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acessado em 27/09/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC. Portaria Normativa nº 4/2019/CONSEPE. 31 de maio de 2019. Regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância nos cursos presenciais de qualificação profissional, educação de jovens e adultos (EJA), técnicos de nível médio e superior de graduação e pós-graduação, no âmbito do Instituto Federal Catarinense - IFC. Blumenau: IFC, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução CONSUPER nº3/2024. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina - IFC. Blumenau, 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução CONSUPER nº.10/2021. Organização Didática Pedagógica do IFC. Blumenau, 2021.